



# BTEP

BOLETIM TRIMESTRAL  
DE ECONOMIA PORTUGUESA

**ABRIL 2024**

GPEARi

Gabinete de Planeamento, Estratégia,  
Avaliação e Relações Internacionais  
MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Office for Economic Policy  
and International Affairs  
MINISTRY OF FINANCE



Gabinete de Estratégia e Estudos

## Ficha técnica

**Título:** BOLETIM TRIMESTRAL DE ECONOMIA PORTUGUESA

**Data:** ABRIL de 2024

Elaborado com informação disponível em 15 de abril de 2024

**Editores:**

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças

Rua da Alfândega 5-A

1110 – 016 Lisboa

Telefone: +351 21 882 33 90

URL: <http://www.gpeari.gov.pt>

E-Mail: [gpeari@gpeari.gov.pt](mailto:gpeari@gpeari.gov.pt)

**Gabinete de Estratégia e Estudos**

Ministério da Economia e do Mar

Avenida da República, 79

1069-218 Lisboa

Telefone: +351 21 792 13 72

URL: <http://www.gee.gov.pt>

E-Mail: [gee@gee.min-economia.pt](mailto:gee@gee.min-economia.pt)

## ■ Índice

● <b>Sumário</b> .....	<b>5</b>
● <b>Enquadramento Internacional</b> .....	<b>7</b>
● <b>Economia Portuguesa</b> .....	<b>10</b>
Atividade Económica .....	10
Mercado de Trabalho .....	16
Preços .....	17
Comércio Internacional .....	19
Contas Externas.....	21
Financiamento e Endividamento.....	22
Dinamismo Empresarial.....	24
Finanças Públicas.....	26
Financiamento das Instituições Financeiras Europeias.....	31
Previsões Económicas.....	32
● <b>Política Económica</b> .....	<b>33</b>
Política Europeia.....	33
Políticas Nacionais .....	36
Principais Medidas Legislativas .....	37
● <b>Artigos</b> .....	<b>39</b>
Os impactos do subsídio de doença no rendimento disponível dos trabalhadores .....	39
Os impactos do subsídio parental no rendimento disponível das famílias.....	39
A Dependência da União Europeia no lítio e nas baterias de ião-de-lítio: Análise à luz da autonomia estratégica .....	40
Análise de indicadores de acessibilidade à habitação em Portugal: Perspetiva regional .....	40
Pilar de Competitividade: Capacitação de recursos humano e mercado de trabalho.....	41
Caracterização do Ecosistema Industrial das Indústrias Culturais e Criativas em Portugal .....	41
Infraestruturas e Transportes do Ecosistema Industrial da Saúde em Portugal .....	41
Infraestruturas e Transportes do Ecosistema Industrial das Energias Renováveis em Portugal.....	42

Comércio Internacional com os PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – 2018-2022 e janeiro-outubro 2023 .....	43
Evolução do setor imobiliário nas regiões de Lisboa e do Porto entre 2011 e 2023: identificação de períodos de exuberância dos preços.....	43
Open Strategic Autonomy and the Green Transition.....	44
Comércio Internacional de Bens de Equipamento (janeiro-novembro 2022-2023).....	44
Comércio Internacional português do calçado (2019-2023).....	44
Índices de Valor, Volume e Preço 2023/2022 .....	45

## ■ Índice de Caixas

Caixa 1. Programa de Estabilidade 2024-2028.....	27
Caixa 2. <i>Ratings</i> da República Portuguesa .....	28
Caixa 3. Mapas de IRS – Distribuição de rendimentos e de desigualdades .....	30
Caixa 4. Desequilíbrios macroeconómicos em Portugal no contexto da IDR 2024.....	34

## ■ Sumário

**Em 2023, a economia mundial foi afetada pelo abrandamento significativo do comércio de bens e serviços, refletindo elevadas tensões geopolíticas, por uma recomposição da procura global a favor dos serviços e pelo recuo da atividade da indústria na generalidade das economias avançadas.** Concomitantemente, o crescimento do comércio mundial de bens e serviços desacelerou de forma expressiva. Os indicadores disponíveis para o início de 2024 indicam que a economia dos EUA continuou a expandir-se, embora a um ritmo mais moderado, a China apresentou um crescimento robusto da produção industrial impulsionado pelo dinamismo das exportações, enquanto a atividade económica da área do euro manteve-se fraca.

**Em 2023, o PIB cresceu 2,3% em volume, num contexto de desaceleração da economia europeia.** A procura interna contribuiu positivamente para a variação anual do PIB em termos reais, com a dinâmica do consumo privado a ser atenuada pela restritividade da política monetária, num contexto de aceleração, em média, das prestações mensais relativas aos empréstimos para habitação própria, enquanto a procura externa líquida registou um contributo menos positivo. A atividade turística registou máximos históricos em 2023, quer em dormidas, quer em número de hóspedes. Abrandamento nos dois primeiros meses de 2023, face ao mesmo período de 2022. O mercado de trabalho, por seu lado, manteve-se resiliente em 2023, com a população ativa e o emprego a atingirem níveis historicamente elevados.

**A inflação apresentou sinais de aceleração no primeiro trimestre de 2024,** não obstante a inflação subjacente continuar a mostrar sinais de alívio. Ainda assim, a inflação em Portugal manteve-se inferior à área do euro no primeiro trimestre de 2024. Por seu lado, os preços na produção industrial estagnaram em 2023, tendo os preços da habitação crescido 8,2% nesse ano.

**Apesar da evidente desaceleração registada a partir do segundo trimestre de 2023, relativamente mais intensa na componente de bens, as exportações portuguesas continuam em máximos históricos em termos reais,** no conjunto do ano 2023, afirmando-se como um importante motor de crescimento na economia portuguesa.

**A economia portuguesa exibe capacidade de financiamento de 2,6% do PIB,** sendo que a posição de Investimento Internacional (PII) e a dívida externa líquida continuaram a respetiva trajetória de redução.

**Em 2023, observou-se um decréscimo do stock de empréstimos às sociedades não financeiras em Portugal.** No final de dezembro de 2023, o stock de empréstimos bancários às empresas era de 73,3 mil milhões de euros, representando uma redução anual de 1,1%.

**Em 2023, a constituição de empresas em Portugal cresceu, ultrapassando também o número de novas empresas anterior à pandemia.** As insolvências decretadas cresceram face ao ano anterior, mas ainda se mantêm abaixo do período pré-pandemia. O setor das Indústrias Transformadoras foi o que registou mais insolvências decretadas em 2023 e também o que mais cresceu em termos anuais.

**Em 2023 o saldo orçamental registou um excedente de 1,2% do PIB** (compara com um défice de 0,3% do PIB em 2022), em resultado do aumento da receita (em 9%) superior ao da despesa (5,2%). O peso da dívida

pública em percentagem do PIB prosseguiu a trajetória descendente diminuindo para 99,1% (menos 13,3 p.p. do PIB face ao final de 2022).



## ■ Enquadramento Internacional

Em 2023, a economia mundial foi afetada pelo abrandamento significativo do comércio de bens e serviços, refletindo elevadas tensões geopolíticas, por uma recomposição da procura global a favor dos serviços e pelo recuo da atividade da indústria na generalidade das economias avançadas. O PIB do G20 apresentou um crescimento de 3,2% em 2023 (igual a 2022), com destaque para a aceleração dos EUA e da China, cujo PIB aumentou, respetivamente, para 2,5% e 5,2% (1,9% e 3%, respetivamente, em 2022) que contrastou com o abrandamento acentuado da União Europeia, para 0,4% (3,4% em 2022), embora com uma evolução muito distinta entre países.

O crescimento do comércio mundial de bens e serviços desacelerou de forma expressiva para um crescimento de 0,4% em termos homólogos em 2023 (5,2% em 2022), distanciando-se do valor do crescimento do PIB mundial (em torno de 3,1%), associado sobretudo ao recuo das trocas comerciais de bens das economias avançadas. Porém, vislumbrou-se sinais de alguma recuperação das exportações de bens destas economias no início de 2024; assim como o fortalecimento das exportações e importações de bens dos países emergentes, especialmente da China.

No quarto trimestre de 2023, a atividade económica dos EUA demonstrou uma forte resiliência perante condições financeiras adversas, a evolução positiva da China deveu-se à abertura da economia após as medidas restritivas de política de COVID-19 zero adotadas anteriormente, enquanto a área do euro manteve-se quase estagnada. O PIB dos EUA aumentou 0,8% em cadeia (1,2% no trimestre precedente) e acelerou para 3,1% em termos homólogos (2,9% no terceiro trimestre), o que se associa a uma melhoria da procura interna através do consumo e investimento privados e, a um contributo positivo das exportações líquidas, mediante uma recuperação das exportações de bens e serviços. No caso da área do euro, o PIB estagnou no quarto trimestre de 2023 (-0,1% no terceiro trimestre) e manteve um crescimento de 0,1% em termos homólogos, apesar de uma evolução muito díspar entre países causada pela diferença de estrutura produtiva. Os pequenos contributos positivos da procura interna (investimento e consumo público) foram anulados pela continuação da redução de existências (procura fraca e custos acrescidos da sua manutenção decorrentes de taxas de juro mais elevadas) e pelo valor negativo das exportações líquidas. Também, o menor dinamismo do emprego da área do euro (o qual desacelerou para 1,4% no conjunto do ano, comparado com 2,3% em 2022) e os efeitos da rápida subida das taxas de juro no rendimento das famílias num contexto de uma taxa de inflação ainda elevada levaram os governos dos diferentes países a continuar a conceder vários apoios aos agentes económicos.

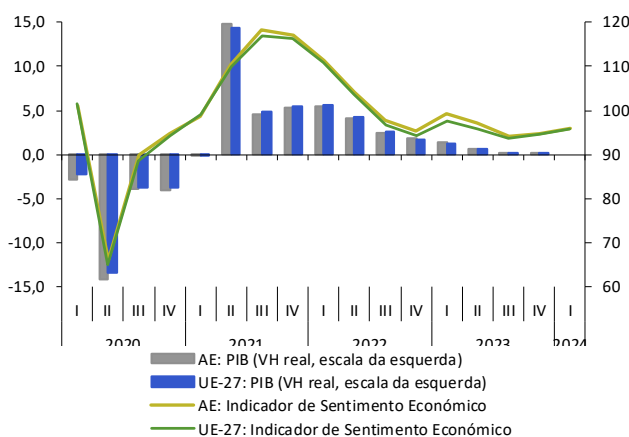
Os indicadores disponíveis para o início de 2024 indicam que a economia dos EUA continuou a expandir-se, embora a um ritmo mais moderado, a China apresentou um crescimento robusto da produção industrial impulsionado pelo dinamismo das exportações, enquanto a atividade económica da área do euro manteve-se fraca. O indicador PMI composto da atividade mundial tornou a evoluir favoravelmente em março, tendo aumentado para 52,3 pontos (52 pontos, em média, nos 2 primeiros meses) associado às melhorias tanto na indústria transformadora, como no setor dos serviços.

Num contexto de uma ligeira melhoria das perspetivas da procura externa no curto prazo, as exportações de mercadorias da China reforçaram o seu crescimento em volume no início do ano (15% em termos homólogos) e a atividade do setor residencial também melhorou, tendo o indicador PMI da construção

subido para 56,2 pontos em março (53,5 em fevereiro) refletindo o impacto de várias medidas de estímulo do setor implementadas pelas autoridades chinesas ao longo do último ano.

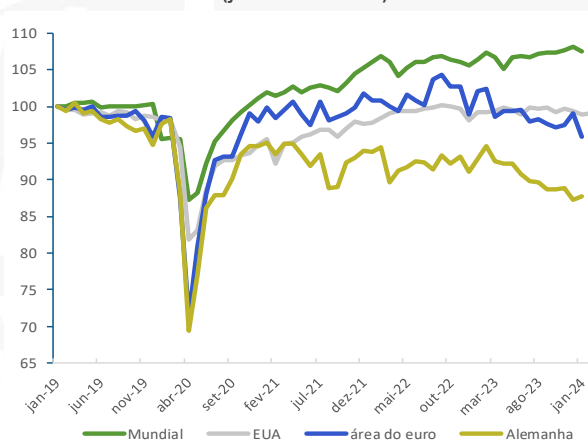
**Relativamente à economia da área do euro, o indicador de sentimento económico melhorou no primeiro trimestre de 2024**, aproximando-se do nível médio de longo prazo, causado sobretudo pelo aumento da confiança nos setores dos serviços e do comércio a retalho, bem como por parte dos consumidores. Contudo, a atividade económica manteve-se fraca, com destaque para a deterioração da produção industrial, a qual diminuiu 6% em termos homólogos em janeiro (crescimento de 0,2% em dezembro de 2023) refletindo, em parte, o fraco desempenho deste indicador na Irlanda, caracterizado por uma elevada volatilidade especialmente no início do ano. Também, as vendas a retalho tornaram a recuar para uma quebra cerca de 1% em termos homólogos reais no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro (-0,8% no quarto trimestre de 2023).

**Gráfico 1. PIB e Indicador de sentimento económico da UE**



Fontes: CE; Eurostat.

**Gráfico 2. Índice de Produção Industrial (jan 2019 =100)**

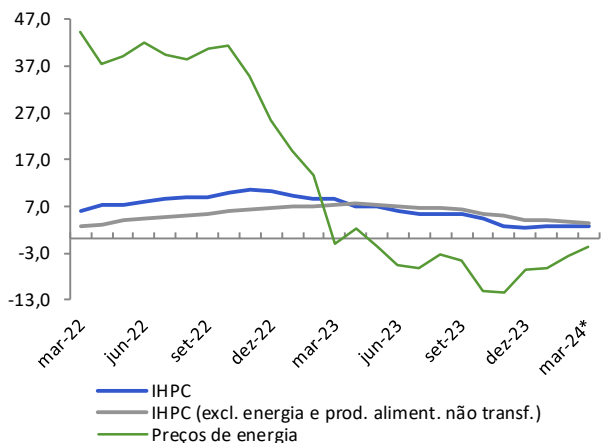


Fonte: CPB, NL; Instituto de Estatística dos EUA; Eurostat.

**As pressões sobre os preços na economia mundial diminuíram no início de 2024, aproximando-se a inflação gradualmente de 2%, particularmente expressivas nas economias avançadas.** Ainda assim, a taxa de inflação global do G20 acelerou para 6,7% no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro (6% no último trimestre de 2023) em resultado de alguma desestabilização dos preços de energia e da generalidade das *commodities* causados pelo prolongamento da guerra Rússia-Ucrânia e do conflito do Médio Oriente, a que se somaram algumas perturbações de tráfego marítimo no Mar Vermelho. Nos EUA, a taxa de inflação homóloga manteve-se em 3,2%, em média, no conjunto dos meses de janeiro e fevereiro (igual ao quarto trimestre de 2023) e na área do euro diminuiu para 2,4% em março (2,9% no final de 2023) acompanhado da trajetória descendente da inflação subjacente, para 2,9%, que compara com 3,4% em dezembro de 2023. Os preços dos serviços estabilizaram em 4% em março, também influenciado pelo efeito de calendário das férias da Páscoa.

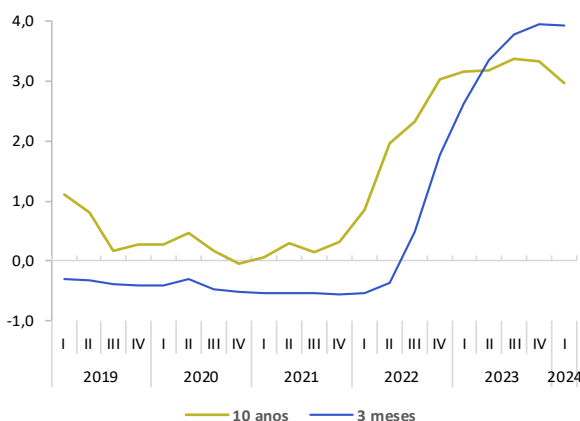


**Gráfico 3. Taxa de inflação da área do euro (vh)**



\* Estimativa preliminar.  
Fonte: Eurostat.

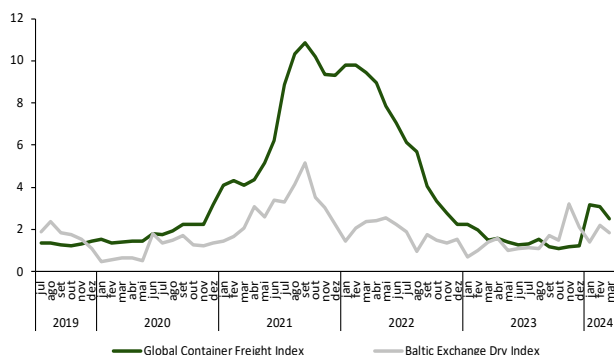
**Gráfico 4. Taxas de juros médias (área do euro) (%)**



Fonte: BCE.

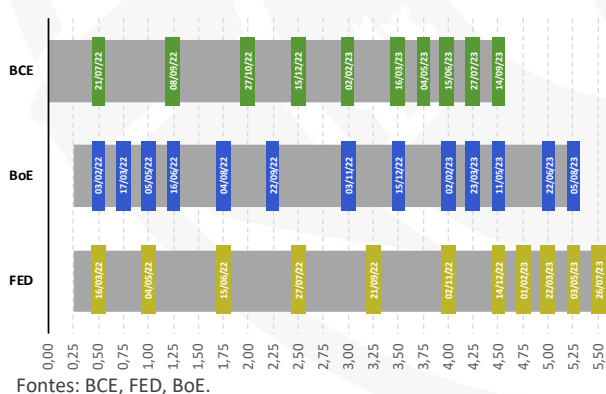
**Os preços das matérias-primas energéticas recuaram apenas ligeiramente no primeiro trimestre de 2024,** tendo o preço do *Brent* registado uma subida para quase 85 USD/bbl em média, em março (o valor mais elevado dos últimos cinco meses), em resultado das crescentes tensões geopolíticas, de menor produção dos EUA, de confirmação de cortes voluntários de oferta de petróleo pela OPEP+ e de ataques a infraestruturas petrolíferas na Rússia. Entretanto, a OPEP+ decidiu, no início do mês de março, prolongar o corte de produção de 2,2 milhões de barris por dia até ao final do primeiro semestre do ano. No início de 2024, verifica-se uma tendência crescente dos preços unitários dos contentores (“Global Container Freight Index”), sendo estes, consideravelmente inferiores aos registados em 2021 e 2022, altura em que os mesmos dispararam. Por outro lado, o índice do preço do transporte de “carga seca” (“Baltic Exchange Dry Index”), decresceu, no primeiro trimestre de 2024, quando comparado aos últimos meses do ano anterior.

**Gráfico 5. Preço unitário dos contentores<sup>1</sup> (milhares de dólares)**



Fonte: GEE, com base nos dados da *Freightos* and *Baltic Exchange*.

**Gráfico 6. Taxas de juro diretoras (taxas, %)**



Fontes: BCE, FED, BoE.

**Expectativa de menor restritividade da política monetária num contexto de menores pressões inflacionistas, perante a estabilização das taxas de juro diretoras das principais economias avançadas dos últimos meses.** Tanto a Reserva Federal dos EUA como o BCE mantiveram sem alterações as taxas de juro

<sup>1</sup> Os valores apresentados para o GCFI e BEDI, correspondem à média dos valores observados na última semana do mês e ao valor observado no último dia do mês, respetivamente. No caso do GCFI, o índice refere-se ao preço unitário médio de um contentor de 40 pés (*forty-foot equivalent unit*). No caso do BEDI, trata-se de um índice composto de três subíndices para contentores de granel seco com dimensões diferentes.

oficiais nos últimos meses. Assim, nos EUA, a *Fed Funds* estabilizou no intervalo de 5,25%-5,5% no final do primeiro trimestre de 2024 desde o verão do ano transato (4,25%-4,5%, no final de 2022) e o Banco Central Europeu manteve desde final de setembro de 2023 a taxa de facilidade permanente de cedência de liquidez em 4,75%, a taxa de juro das operações principais de refinanciamento em 4,5% (*refi*) e a taxa de juro da facilidade permanente de depósito (*depo*) em 4%. Neste domínio, recentemente, o Banco da Suíça assumiu a liderança na descida das taxas de juro, ao ter diminuído a taxa oficial em 25 p.b. para 1,5% em março; em contraste com o início da normalização da política monetária do Banco do Japão, ao ter anunciado no decurso do mês de março o abandono das taxas de juro negativas, introduzidas em 2016, para o intervalo entre 0% e 0,1% (-0,1% anteriormente).

## ■ Economia Portuguesa

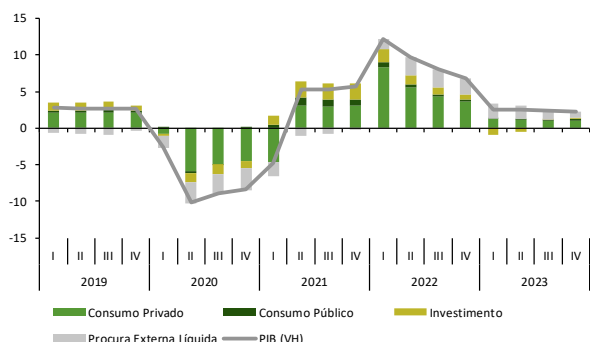
### Atividade Económica

**Em 2023, o PIB cresceu 2,3% em volume, num contexto de desaceleração da economia europeia.** O PIB, em volume, apesar de ter desacelerado face a 2022 (crescimento de 6,8%) registou um nível 5,9% superior a 2019, no período pré-pandémico. O crescimento registado em 2023 foi possível pela resiliência do mercado de trabalho, num contexto de pressões inflacionistas decrescentes, contribuindo para o crescimento dos salários reais, e por uma procura externa crescente. O crescimento da economia concentrou-se, maioritariamente, no primeiro semestre do ano, com uma aceleração no segundo trimestre face ao anterior, em termos homólogos (taxa de variação de 2,5% e de 2,6%, respetivamente). Na segunda parte do ano, o crescimento foi menos robusto, com uma desaceleração da atividade económica no terceiro trimestre do ano para os 1,9% e um maior crescimento no quarto trimestre, de 2,1% em termos homólogos.

**A procura interna contribuiu positivamente para a variação anual do PIB em termos reais.** Embora de forma menos acentuada face a 2022, a evolução da atividade económica refletiu o contributo positivo da procura interna (1,4 p.p. face aos 4,5 p.p. em 2022), verificando-se uma forte desaceleração do consumo privado para os 1,7% (menos 3,9 p.p. face ao ano anterior) e um menor abrandamento do consumo público (1%, menos 0,4 p.p. face a 2022). O investimento também diminuiu significativamente, para 1% (menos 2,5 p.p. face a 2021).

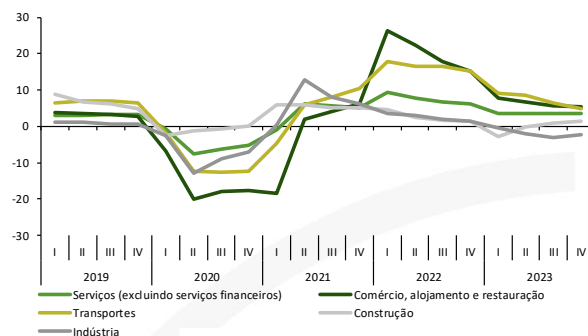
**A procura externa líquida registou um contributo menos positivo para o crescimento anual do PIB.** No conjunto do ano, registou-se uma forte desaceleração das exportações de bens e serviços em termos reais para os 4,1%, (17,4% no ano anterior) e das importações de bens e serviços para os 2,2% (11,1% em 2022). O menor crescimento das exportações refletiu a forte desaceleração na componente de serviços, para os 6,2% (menos 14,3 p.p. face ao ano anterior), em grande parte justificada pelo expressivo abrandamento nas exportações de turismo (18,9% face aos 110,1% em 2022, ano em que refletiam ainda um considerável efeito de base face ao período pandémico). Desta forma, o contributo da procura externa líquida fixou-se nos 0,8 p.p., uma diminuição face ao verificado em 2022 (contributo de 2,3 p.p.).

**Gráfico 7. PIB e componentes**  
(tvh, %, p.p.)



Fonte: INE.

**Gráfico 8. VAB por setor**  
(tvh, %)



Fonte: INE.

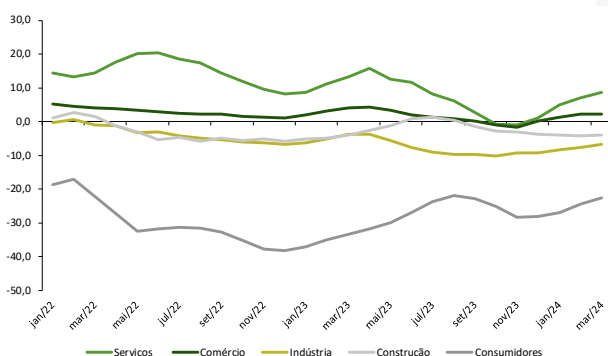
**Os setores do comércio, alojamento e restauração e dos transportes, atividades de informação e comunicação foram os que mais cresceram no conjunto do ano.** À exceção do VAB da indústria, que decresceu 2,4% (crescimento de 1,3% em 2022), os restantes setores apresentaram variações anuais positivas, destacando-se os setores do comércio, alojamento e restauração (5,3%) e dos transportes, atividades de informação e comunicação (5,8%). Todos os setores desaceleraram o seu ritmo de crescimento face a 2023, com exceção do setor da agricultura, silvicultura e pesca, cujo volume retomou a trajetória ascendente (0,2% face aos -5,3% em 2022), e da construção, que viu o seu ritmo de crescimento a estagnar em 1,5%.

**A produção industrial decresceu no conjunto do ano de 2023, após ter abrandado em 2022.** Após ter crescido nos primeiros dois meses de 2023, o índice de produção industrial registou taxas de crescimento homólogas negativas no decurso do remanescente ano, com um comportamento volátil, tendo apenas crescido em outubro do mesmo ano (0,4%). No conjunto do ano, o índice de produção industrial diminuiu 2,8%, decrescendo 3,1 p.p. face a 2022. O agrupamento de bens de investimento registou a única variação média anual positiva (1,4%), tendo o agrupamento de bens de intermédios registado a maior queda (-4,4%), seguida dos bens de consumo não duradouros (-4%). O decréscimo da produção industrial tem vindo a abrandar desde dezembro de 2023, em termos homólogos, tendo registado uma taxa de variação positiva de 1% em fevereiro de 2024. Esta dinâmica positiva deveu-se, principalmente ao crescimento do índice de produção de bens de investimento e de energia de 2,7% e 9,3%, respetivamente, em termos homólogos.

**Os indicadores de confiança registaram evoluções distintas em março de 2024.** O indicador de clima económico subiu, embora de forma ligeira, no passado mês de março, tendo recuperado os níveis de janeiro de 2024, após a queda em fevereiro. Para esta evolução destaca-se, por um lado, o contributo positivo dos níveis de confiança nos setores do comércio e, de forma expressiva, nos serviços, e por outro lado, o contributo negativo dos níveis de confiança da indústria transformadora e da construção e obras públicas. A evolução do indicador de confiança dos serviços reflete a contribuição positiva de todas as componentes: das apreciações sobre a atividade da empresa, das opiniões sobre a tendência atual do volume de vendas e das perspetivas relativas à evolução da carteira de encomendas. De igual forma, a confiança dos consumidores aumentou em março, pelo quarto mês consecutivo, refletindo uma melhoria das perspetivas quanto à situação financeira das famílias, nos próximos 12 meses, à situação económica do país e à evolução dos preços no próximo ano.

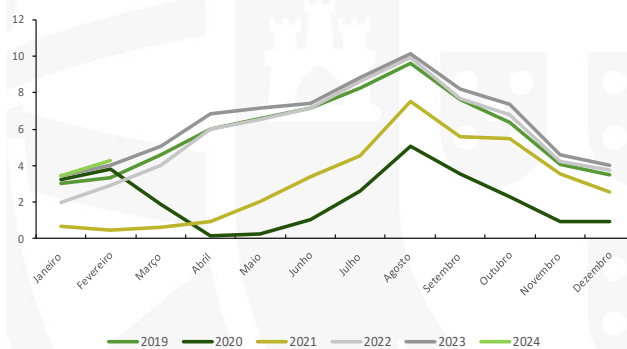
**A atividade turística registou máximos históricos em 2023, quer em dormidas, quer em número de hóspedes. Abrandamento nos dois primeiros meses de 2023, face ao mesmo período de 2022.** O número de hóspedes e o número de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico aumentaram 13,3% e 10,7%, respetivamente, face a 2022, tendo-se registado em agosto o maior número de hóspedes e de dormidas que há registo (3,5 milhões e 10,1 milhões, respetivamente). Comparativamente a 2019, tanto o número de hóspedes como o número de dormidas registaram variações positivas (10,7% e 10%, respetivamente), sendo o maior impacto ligado aos hóspedes externos. O Reino Unido manteve-se como principal mercado emissor em 2023, representando 18,4% das dormidas de não residentes (19,1% em 2019). O mercado canadiano (peso de 2%) destacou-se com um crescimento homólogo de 56,9% (49,5% face a 2019). Em 2023, os proveitos totais foram 20% e 40,1% superiores aos registados no total do ano de 2022 e 2019, respetivamente. No início do ano de 2024, a evolução tem abrandado, com a atividade turística a superar os valores de 2023. Em termo homólogos, o número de hóspedes e de dormidas cresceram, no conjunto dos dois primeiros meses, 4,6% e 3,3% face ao mesmo período de 2023. Também os proveitos totais de janeiro de 2024 estão acima dos do mesmo mês de 2023 e 2019 (crescimento de 9,4% e 39,9%, respetivamente).

**Gráfico 9. Indicadores de Confiança**  
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

**Gráfico 10. Evolução do número de dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico**  
(milhões)

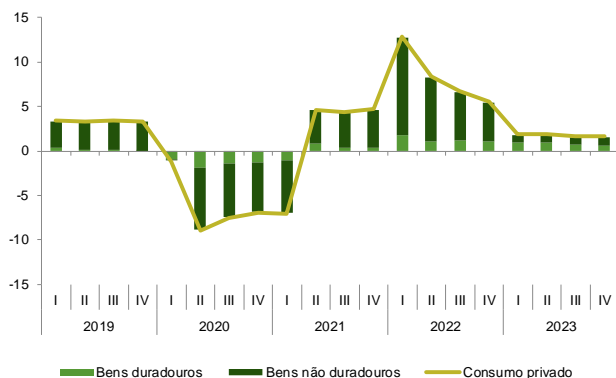


Fonte: INE.

**O consumo privado cresceu 0,9% em cadeia, no último trimestre de 2023, invertendo a tendência de decréscimo observada ao longo do ano.** No quarto trimestre, o consumo privado, registou um crescimento em cadeia positivo, após ter manifestado uma tendência decrescente no segundo e terceiro trimestres de 2023, com taxas de variação de -0,6% e -0,4%, respetivamente. A retoma da dinâmica positiva desta componente estará associada a um abrandamento da pressão inflacionista, concomitante com uma resiliência do mercado de trabalho, que terá contribuído para o crescimento dos salários reais e melhoria da situação financeira das famílias. Em termos homólogos, o consumo privado acelerou face ao terceiro trimestre (taxa de variação de 1,8% e 1,1%, respetivamente), período em que desacelerou relativamente aos dois trimestres anteriores (-0,8 p.p. face aos dois primeiros trimestres de 2023). Este resultado deve-se a contributos mais fortes quer dos bens duradouros (cujo contributo passou de 0,3 p.p. no terceiro trimestre para 0,5 p.p. no quarto trimestre), como também dos bens não duradouros (cujo contributo passa 0,7 p.p. para 1,2 no último trimestre). No conjunto do ano de 2023, o consumo privado registou um crescimento de 1,7% (menos 3,9 p.p. face a 2022), atingindo o valor mais alto da série do INE com início em 1995. Este crescimento ocorreu numa fase pós-recuperação pandémica, sendo, por isso, natural o menor

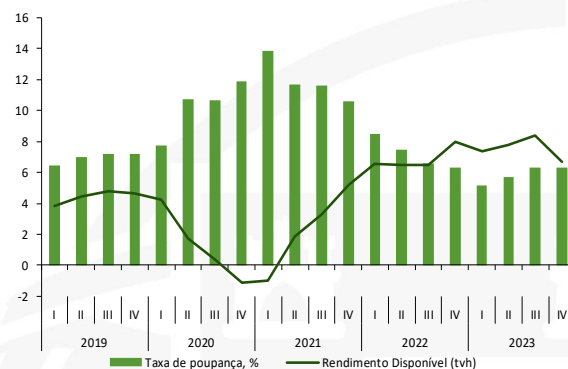
crescimento face a 2022. Ainda assim, esta dinâmica terá sido atenuada pela restritividade da política monetária, num contexto de aceleração, em média, das prestações mensais relativas aos empréstimos para habitação própria.

**Gráfico 11. Crescimento real do consumo privado**  
(VH/ano acumulado no trimestre, %)



Fonte: INE.

**Gráfico 12. Crescimento real do consumo privado**  
(índice, 2019 = 100)



Fonte: INE.

**A taxa de poupança no ano de 2023 manteve-se inalterada face a 2022 (6,3%).** Os dados do ano acabado no trimestre mostram que no quarto trimestre a taxa de poupança manteve-se constante face ao trimestre anterior, a taxa mais elevada registada no ano de 2023. A taxa de poupança (em percentagem do rendimento disponível bruto) registada em 2022 e 2023 corresponde a mínimos históricos, representando menos 4,3 p.p. e 0,5 p.p. face a 2021 e 2019 (período pré pandemia), respetivamente. Estes mínimos históricos estão relacionados com a elevada acumulação de poupanças durante a pandemia e o aumento dos custos de financiamento, obrigando as famílias a um maior esforço para fazer face ao aumento de despesas.

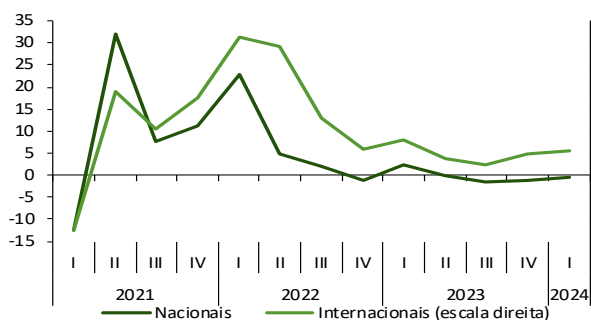
**O comércio a retalho mostra um baixo crescimento no início do ano.** Considerando médias móveis de três meses, no mês de fevereiro, o índice de volume de negócios no comércio a retalho, registou uma variação homóloga de 0,4% (representando uma desaceleração de 0,2 p.p. face ao mês anterior). Este abrandamento deve-se, quer ao agrupamento de produtos não alimentares, que estagnaram em termos homólogos, abrandando 0,2 p.p. face ao trimestre anterior, quer ao agrupamento dos bens alimentares, cuja taxa de variação homóloga se fixou nos 1,1%, menos 0,1 p.p. face a janeiro de 2024.

**As operações na rede SIBS aceleraram no conjunto do primeiro trimestre, fruto da dinâmica das operações internacionais.** Verificando os dados das compras e levantamentos na rede multibanco, deflacionados pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC), as operações nacionais registaram uma variação homóloga de -0,5%, fruto da acentuada queda de 3,4% registada em janeiro de 2024. O crescimento das operações nacionais registado em fevereiro e março de 2023 de 0,8% e 1,2%, respetivamente, não bastou para evitar a descida homóloga das operações na rede SIBS nacionais. Em sentido contrário, as operações internacionais registaram uma aceleração, tendo a variação homóloga sido de 21,8% (mais 2,3 p.p. face ao trimestre anterior). A dinâmica positiva das operações de multibanco neste primeiro trimestre terá sido impactada pelo facto de 2024 se tratar de um ano bissexto e de a Páscoa ter ocorrido ainda no mesmo.



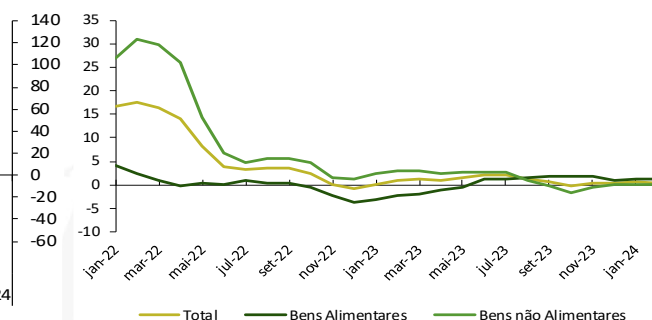
**As vendas de veículos continuam com uma dinâmica positiva.** No primeiro trimestre de 2023, as vendas de veículos de ligeiros de passageiros cresceram 13,1% em termos homólogos (o que corresponde a uma aceleração de 5,4 p.p. face ao trimestre anterior). Quando comparado com o mesmo período de 2019, as vendas foram 0,7% inferiores, apesar da melhoria significativa face ao primeiro trimestre de 2022, altura em que decresceu 12,2%. Do total de 59 004 veículos vendidos no primeiro trimestre, 31,9% foram adquiridos por empresas com atividade de *rent-a-car*, o que representa uma variação homóloga de 37,6%, após o decréscimo registado no trimestre anterior (-21,5%).

**Gráfico 13. Operações na rede Multibanco**  
(tvh, %)



Nota: Dados deflacionados pelo IHPC.  
Fonte: SIBS, cálculos GPEARI.

**Gráfico 14. Índice de volume de negócios no comércio a retalho**  
(tvh, %, MM3)

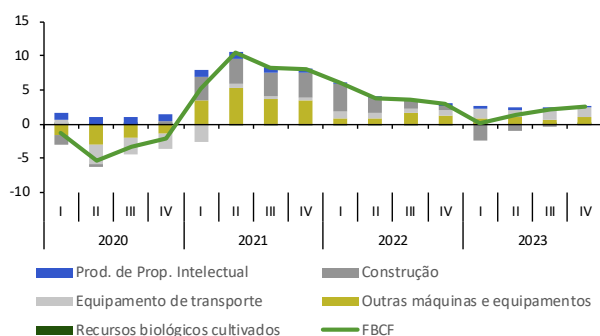


Fonte: INE.

**O investimento, no quarto trimestre de 2023, manteve a trajetória de crescimento, em termos homólogos, iniciada no trimestre anterior.** Com efeito, a formação bruta de capital fixo (FBCF) cresceu 2,5% em 2023 (contra 3% em 2022), sendo que a maior parte deste crescimento se concentrou no último semestre, tendo registado uma variação homóloga de 3,8%, face aos 1,3% registados no primeiro semestre. Para esta evolução, contribuíram em sentido positivo todas as suas componentes, exceto a componente da construção. Face aos três primeiros trimestres do ano, as componentes de equipamento de transporte e de outras máquinas e equipamentos registaram um aumento do seu contributo para a FBCF, em 2023, enquanto as restantes componentes reduziram ou mantiveram o seu contributo. A FBCF acelerou no final e no conjunto do ano, face aos três primeiros trimestres, onde tinha crescido 2,1% em termos homólogos, fruto do crescimento acentuado de 4,4% da categoria de outras máquinas e equipamentos, que agora representa mais de 25% do total da FBCF. Assim, a maior taxa de crescimento homólogo em 2023 registou-se na componente de equipamentos de transporte (18,6%). Em termos acumulados, o investimento em construção, que representa cerca de metade da FBCF, decresceu ao longo do ano, apesar de ter apresentado um ritmo crescente.

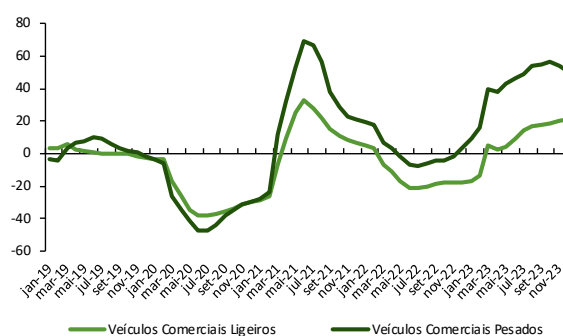
**As vendas de veículos comerciais ligeiros e pesados apresentaram tendências distintas no primeiro trimestre de 2024.** No primeiro trimestre, enquanto as vendas de veículos comerciais ligeiros registaram um crescimento de 14,1%, menor do que o registado em 2023 (20,7%), as vendas de veículos pesados decresceram 0,4%, após terem registado um forte crescimento no total do ano anterior (46,5%). As importações de máquinas e outros bens de capital registaram uma ligeira desaceleração do crescimento homólogo para 1,4% em janeiro, depois de terem crescido 2,3% em 2023.

**Gráfico 15. Formação bruta de capital fixo e contributos – ano acumulado por trimestres**  
(tvh, %, p.p.)



Fonte: INE.

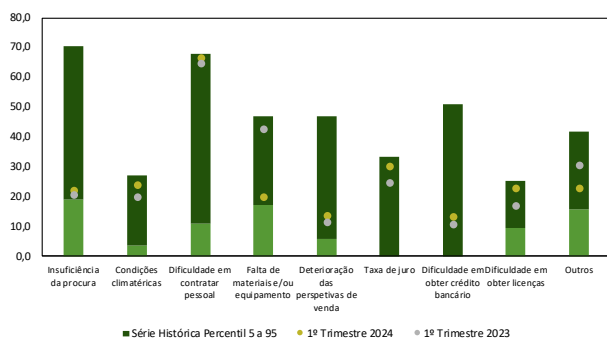
**Gráfico 16. Vendas de veículos comerciais**  
(tvh acumulada, %, MM3)



Fonte: ACAP.

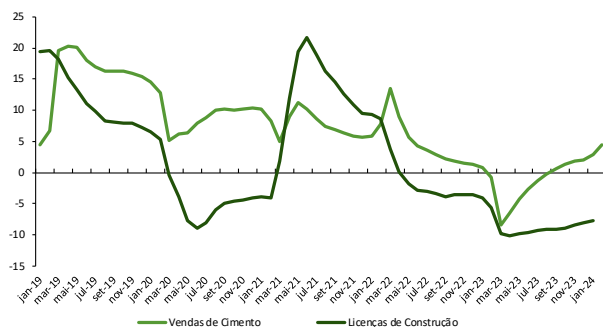
O setor da construção abrandou no último trimestre de 2023, após ter acelerado no trimestre anterior e ter decrescido no primeiro, homologamente. A redução do investimento na construção de 0,4% em 2023 significou um contributo de -0,2 p.p. para o crescimento da FBCF, dado que esta componente representa de 48% na FBCF. Nota, no entanto, para o aumento do seu contributo face ao registado nos primeiros três meses do ano (-0,4 p.p.). O VAB da construção acelerou para 1,5% (1% nos três primeiros trimestres), tendência também verificada pelas vendas de cimento (1,8% face aos 1,2% nos primeiros três trimestres). Em sentido contrário, a emissão de licenças manteve a sua trajetória descendente no ano de 2023, embora a um ritmo menor face aos primeiros 3 trimestres (-7,7% e -8,9%, respetivamente). Quanto ao segmento de engenharia civil, nos primeiros onze meses de 2023 apuraram-se aumentos, em termos homólogos, no montante dos concursos de empreitadas de obras públicas promovidas e no montante dos contratos de empreitadas de 70,9% e 30,6%, respetivamente. Os primeiros meses de 2024 aparentam demonstrar uma continuação da aceleração das vendas de cimento, tendo aumentado 13,4%, em termos homólogos, nos primeiros 2 meses do ano. Por sua vez, a taxa de variação do montante das licenças de construção manteve a sua trajetória crescente em janeiro de 2024. O Índice de custos na construção de Habitação Nova acelerou em janeiro de 2024 (1,9%) face ao mês anterior (1,7%) interrompendo a tendência decrescente observada desde abril de 2023. Para esta evolução contribuiu o menor ritmo descendente dos preços dos materiais (-0,9% em janeiro de 2024 face a -2,2% em dezembro de 2023), tendo sido atenuada pela desaceleração dos custos relativos à mão de obra (5,7% e 7%). No primeiro trimestre de 2024, os dados do Inquérito Mensal de Conjuntura à Construção e Obras Públicas evidenciaram como principais constrangimentos à atividade no setor a dificuldade em contratar pessoal (66,6% das empresas, em média) e as taxas de juro (30,3% das empresas, em média), num contexto de políticas monetárias restritivas.

**Gráfico 17. Fatores limitativos à construção e obras públicas (%)**



Fonte: INE.

**Gráfico 18. Emissão de licenças de construção e vendas de cimento (tvh acumulada, %, MM3)**



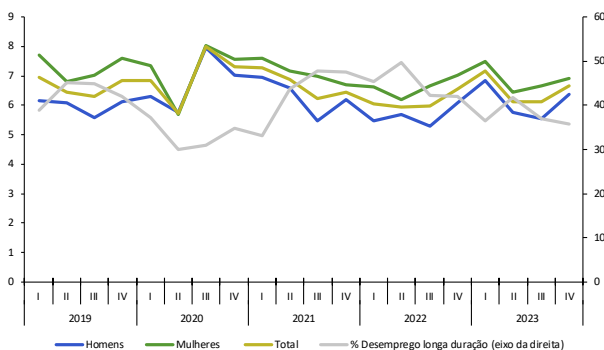
Fonte: Cimpor e Secil, INE.

**Mercado de Trabalho**

O mercado de trabalho manteve-se resiliente em 2023, com a população ativa e o emprego a atingirem níveis historicamente elevados, tendo crescido, respetivamente, 2,4% e 2%. Neste contexto, também a taxa de atividade e a taxa de emprego aumentaram, face ao ano anterior, situando-se em 61% e 57%, respetivamente. Segundo o Inquérito Trimestral ao Emprego, o crescimento do emprego foi transversal aos três principais setores de atividade (agricultura, indústria e serviços). De todos os ramos de atividade constituintes, destaca-se, no setor dos serviços, o contributo do alojamento e restauração, com uma variação de 12,4%.

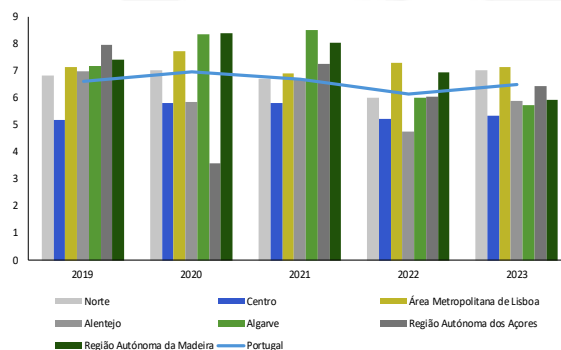
A população desempregada regista um crescimento significativo (8,6%). Em paralelo, o desemprego de curta duração, que em 2023 representou 62,3% do total de desempregados, não apresentou uma evolução favorável, tendo crescido 22,5%. Já o desemprego de longa duração diminuiu 8,5% face ao ano anterior. Neste contexto, a taxa de desemprego situou-se nos 6,5% (mais 0,4 p.p. que no ano passado). As mulheres continuam a apresentar uma taxa de desemprego (6,9%) superior à dos homens (6,1%). Considerando a taxa de desemprego por região, nota-se um aumento no Norte, no Alentejo e na Região Autónoma dos Açores. O número de desempregados registados nos centros de emprego aumentou em 10,7 mil indivíduos, aproximadamente, o que corresponde a um crescimento de 3,5%. A taxa de subutilização do trabalho situou-se em 11,7% (mais 0,1 p.p. que no ano passado), com 640 mil indivíduos nesta situação.

**Gráfico 19. Taxa de desemprego (%)**



Fonte: INE.

**Gráfico 20. Taxa de desemprego por regiões (%)**



Fonte: INE.



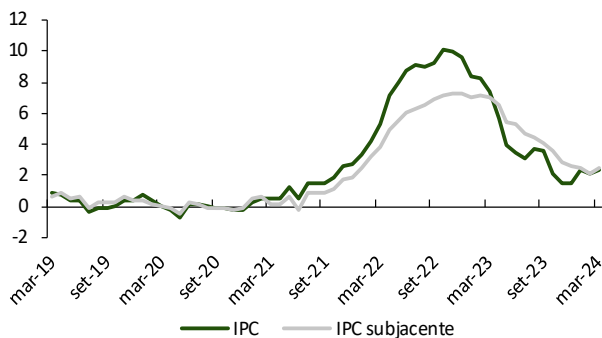
O índice de custo do trabalho (ICT) aumentou 5,3% face ao ano de 2022. Na origem da variação deste índice, destacou-se o custo médio por trabalhador (mais 7,1%), que registou o maior crescimento dos últimos nove anos. As horas efetivamente trabalhadas aumentaram 1,8%. O salário médio nominal apresentou um crescimento de 6,5%, superior ao registado em 2022. Em termos setoriais, as remunerações nos agregados indústria, construção, energia e água, e serviços registaram um crescimento acima da média (6,9% e 6,7%, respetivamente). Tendo em consideração o IPC, o salário médio real, que tem acompanhado a tendência de crescimento do salário médio nominal, apesar da quebra verificada em 2022, fruto da elevada inflação, volta a crescer, em 2023, 2,2%, em termos homólogos.

Nos primeiros meses de 2024, o mercado de trabalho deu sinais positivos, ao nível do emprego. A população ativa e a população empregada renovaram o máximo histórico, no início do ano (5 359,6 milhões, em fevereiro, e 5 003,4 milhões de indivíduos, em janeiro, respetivamente). Em termos homólogos, a população ativa e a população empregada cresceram, em média, 1,7% e 2,1%, respetivamente. Apesar de ter crescido 2%, em cadeia, em fevereiro, a população desempregada registou variações homólogas negativas, nos primeiros dois meses do ano (menos 2,9%, em média). O desemprego registado, junto do IEFP, que tem vindo a aumentar desde julho de 2023, atingiu o valor mais elevado em janeiro. No entanto, em fevereiro, dá-se a primeira quebra desta tendência, tendo o número de desempregados nos centros de emprego, diminuído 1,2%, em cadeia. As variações homólogas permanecem elevadas (4,9%, em fevereiro).

**Preços**

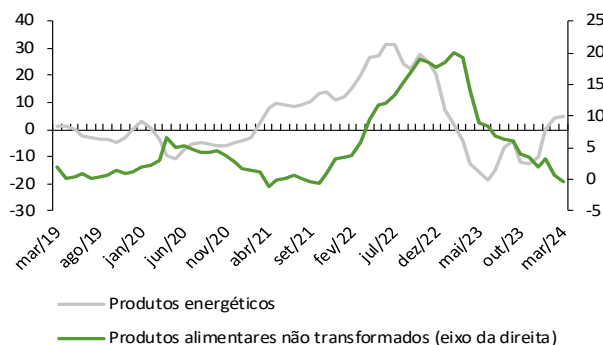
A inflação apresentou sinais de aceleração no primeiro trimestre de 2024. No primeiro trimestre do ano, a inflação medida pela variação homóloga do índice de preços no consumidor (IPC) evidenciou ligeiras pressões ascendentes, passando para 2,2%. Este aumento deve-se sobretudo aos bens energéticos, os quais apresentaram uma variação homóloga positiva de 3,1% neste trimestre, contrastando com as variações negativas dos três trimestres anteriores. Por oposição, os bens alimentares não transformados registaram uma variação homóloga de 1,1%, continuando assim o processo de alívio desde o segundo trimestre de 2023, sendo que tal constituiu a variação mais baixa desde o último trimestre de 2021.

**Gráfico 21. Inflação e inflação subjacente**  
(tvh, %)



Fonte: INE.

**Gráfico 22. Preços dos produtos alimentares não transformados e dos produtos energéticos**  
(tvh, %)



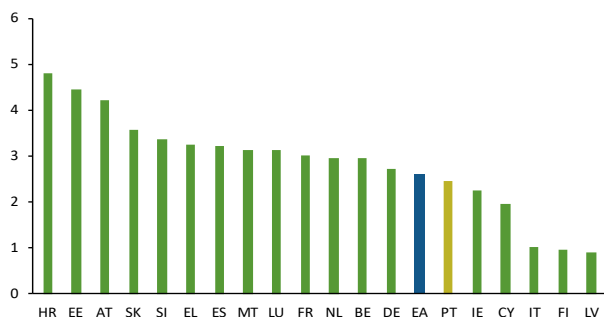
Fonte INE.

**Por sua vez a inflação subjacente continua processo de alívio.** Apesar de ter exibido no mês de março um movimento ascendente face à evolução dos últimos 12 meses, a inflação excluindo os produtos alimentares não transformados e energéticos, continua a exibir um comportamento de descida no conjunto do primeiro trimestre, tendo a variação homóloga sido de 2,4%.

**Classes de habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis e transportes com contributos mais expressivos.** A variação homóloga mais expressiva dos produtos energéticos no primeiro trimestre de 2024 tem como origem o maior contributo destas classes para a evolução da inflação. Com efeito, considerando médias móveis de 3 meses, assistiu-se, em fevereiro, a um aumento de 0,7 p.p. e de 0,2 p.p. nos contributos para a inflação quando comparado com o último mês do ano. Dentro dos produtos energéticos, a eletricidade destaca-se como o artigo com maior variação homóloga nos dois primeiros meses do ano (tendo o aumento de preços sido em média de 16,6%), sendo que tal estará relacionado com o aumento das tarifas de acesso às redes por parte da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. O aumento das tarifas deve-se ao facto de em 2023, estas terem sido negativas, por via da devolução aos consumidores de custo de interesse económico geral (CIEG). Com efeito, verifica-se uma descida nos preços nos mercados grossistas, reduzindo os ganhos face à produção de eletricidade com remuneração garantida (renováveis e cogeração) levando à reposição do nível habitual das tarifas.

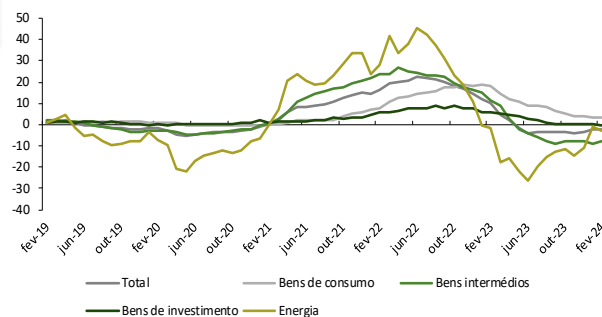
**Inflação em Portugal inferior à área do euro no primeiro trimestre de 2024.** Quando medida pelo IHPC, a inflação mostrou igualmente uma ligeira aceleração em Portugal, contrastando com a área do euro cuja variação homóloga desacelerou para 2,6%, reflexo de valores mais baixos em 13 dos países. Ainda assim, a inflação em Portugal continuou inferior (diferencial de 0,1 p.p. neste trimestre) à da área do euro pelo quarto trimestre consecutivo.

**Gráfico 23. Inflação na área do euro no primeiro trimestre de 2024**  
(tvh, %)



Fonte: Eurostat.

**Gráfico 24. Evolução dos preços na produção industrial**  
(tvh, %)



Fonte: INE.

**Preços na produção industrial estagnaram em 2023.** O crescimento nulo dos preços no ano transato contrasta com a variação de 18,9% no ano de 2022, sendo que todos os agrupamentos industriais registaram variações mais baixas face ao ano anterior. O alívio foi particularmente notório no caso da energia e dos bens intermédios, os quais registaram variações negativas de 14,5% e de 1,5%, respetivamente. Quando analisadas as seções, apenas a relativa às atividades de captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição registou uma aceleração no índice de preços de 3,5 p.p. para 5,2%.

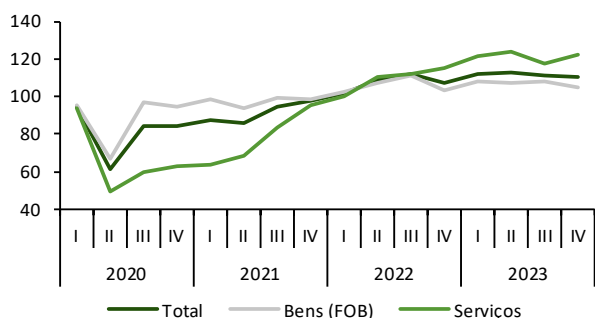
**Nos dois primeiros meses de 2024, os preços na produção industrial continuam em queda.** Em média, os preços decresceram 2,2% nestes dois meses, continuando assim a tendência de variações homólogas negativas que se vem observado desde maio de 2023. Com base nos dados de fevereiro, todos os agrupamentos registaram um abrandamento face ao mês anterior, com exceção dos bens intermédios, que ainda assim permanece em valores negativos pelo décimo mês consecutivo.

**Os preços da habitação cresceram 8,2% em 2023.** Considerando os dados relativos ao índice de preços da habitação (IPHab), os preços cresceram pelo décimo ano consecutivo, ainda que face ao ano anterior tenham desacelerado (4,4 p.p.). Apesar da desaceleração ter sido superior nos casos das habitações existentes, estas continuam a registar um crescimento superior relativamente às habitações novas. Já as transações diminuíram 18,7% face ao ano anterior, numa conjuntura em que o número de residências adquiridas por indivíduos com residência no território nacional caiu 19,8%, por oposição ao número de habitações adquiridas por elementos de nacionalidade de origem estrangeira fora do espaço da União Europeia, representando 3,9% do total de residências adquiridas, e ultrapassando a representatividade dos indivíduos com origem na UE (3,7%).

## Comércio Internacional

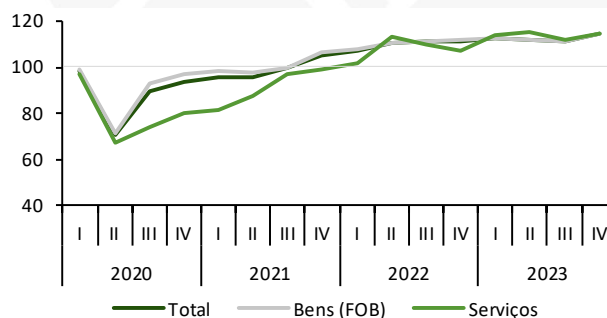
**Em 2023, as exportações portuguesas continuam em máximos históricos em termos reais afirmando-se como um importante motor de crescimento na economia portuguesa.** Em 2023, de acordo com os dados das Contas Nacionais Trimestrais do INE, as exportações nominais de bens e serviços cresceram 4,8%, em termos homólogos, passando a representar 47,4% do PIB, um valor inferior ao registado em 2022 (49,6%), mas bastante superior ao registado em 2019 (43,5%). Em volume, as exportações registaram um crescimento expressivo (4,1%), bastante acima do crescimento registado nas importações (2,2%), atingindo novos máximos históricos em termos reais acumulados em ambos os fluxos. A decomposição da variação do PIB mostra que em 2023, o contributo da procura externa líquida foi positivo (mais 0,8 p.p.), mas relativamente menos intenso que o contributo da procura interna (mais 1.4 p.p.). Em comparação com 2022, o contributo da procura externa líquida foi menor em termos absolutos (0,8% em 2023 vs. 2,3% em 2022), mas mais relevante para o crescimento do PIB (36,9% em 2023 vs. 33,4% em 2022).

**Gráfico 25. Exportações de Bens e Serviços, Volume (2019=100)**



Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Trimestrais do INE.

**Gráfico 26. Importações de Bens e Serviços, Volume (2019=100)**



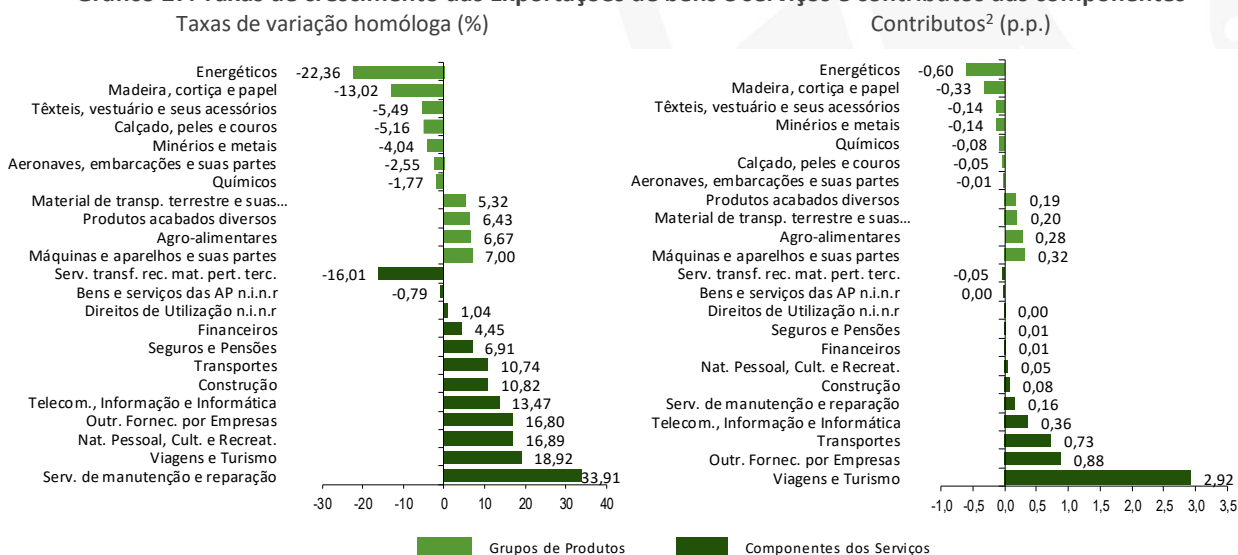
Fonte: GEE, com base nas Contas Nacionais Trimestrais do INE.

**A decomposição das exportações por componente de bens e de serviços revela novos máximos históricos,** em volume, em termos acumulados em ambos os casos, evidenciando uma maior desaceleração relativa na componente de bens. Em 2023, as exportações de bens em volume aumentaram 1%, em termos homólogos, enquanto as exportações de serviços registaram um crescimento homólogo de 10,6%,

sustentadas pelo contributo significativo da componente do turismo. Do lado das importações, a componente de serviços também registou um crescimento em volume maior do que o registado na componente de bens (5,4% e 1,6% em volume, respetivamente).

De acordo com as estatísticas do comércio internacional de mercadorias do Instituto Nacional de Estatística (INE), as exportações nominais para o mercado comunitário (que em 2023 representaram 70,2% do total das exportações portuguesas de mercadorias) registaram uma contração superior à registada nas exportações para os países terceiros (-1,6% e -0,03%, respetivamente). As exportações para França contrariaram esta tendência registando um contributo positivo para o crescimento das exportações de mercadorias (mais 0,3 p.p.), seguidas das exportações para Marrocos (mais 0,2 p.p.), EUA (mais 0,1 p.p.) e China (mais 0,1 p.p.). As exportações para Espanha, o principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (25,8% no conjunto do ano 2023) registaram uma contração de 2,8% no período em análise (menos 0,7 p.p.), enquanto as exportações para a Alemanha, o terceiro principal mercado de destino das exportações portuguesas de mercadorias (10,8% em 2023), registaram uma contração de 1,5% (menos 0,2 p.p.). Do lado das importações, destaca-se o contributo das importações da Irlanda (mais 0,5 p.p.), seguido do contributo de França (mais 0,4 p.p.), Espanha (mais 0,3 p.p.) e Polónia (mais 0,1 p.p.). Em termos de produtos, destaca-se, por um lado, a quebra significativa nas exportações e nas importações de energéticos (-22,4% e -32,7%, respetivamente) - em linha com a quebra do preço internacional do *brent*, mas também associada à paragem programada da refinaria da Galp em Sines, entre outubro e novembro de 2023 - bem como a quebra nas exportações de Madeira, Cortiça e Papel (-13%), e, por outro lado, o crescimento das exportações de Máquinas e aparelhos e suas partes (7%), Agroalimentares (6,7%) e Material de transporte terrestre e suas partes (5,3%), apontando para a resiliência destes setores. De referir, a título de exemplo, que a produção da AutoEuropa esteve parada 3 semanas durante o mês de setembro (mais concretamente de 11 a 31 de setembro) na sequência de um dos seus fornecedores de componentes ter sido fortemente afetado pelas cheias de agosto na Eslovénia.

Gráfico 27. Taxas de crescimento das Exportações de bens e serviços e contributos das componentes



Fontes: Cálculos do GEE com base em dados das Contas Nacionais, para as Exportações de Bens e Serviços, do Banco de Portugal para o cálculo da estrutura das exportações de Serviços e do INE, para o cálculo da estrutura das exportações de Bens.

<sup>2</sup> A distribuição dos contributos segue a estrutura implícita na base de dados do comércio internacional de mercadorias do INE para as exportações de bens e a estrutura implícita nos dados da balança de pagamentos do Banco de Portugal para as exportações de serviços. Nos contributos aplicou-se

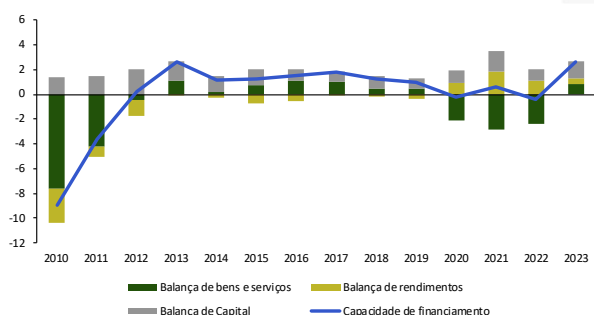
Em 2023, a componente de Viagens e Turismo destaca-se com o maior contributo para o crescimento das exportações totais (mais 2,9 p.p.). Seguiu-se o contributo dos Outros Fornecimentos por Empresas (mais 0,9 p.p.) e dos Transportes (mais 0,7 p.p.).

**Contas Externas**

A economia portuguesa exibiu em 2023 uma capacidade de financiamento de 2,6% do PIB. Tal contrasta com uma necessidade de financiamento (de 0,4% do PIB) no ano anterior, sendo resultante da melhoria dos saldos da balança de bens e serviços e da balança de capital. Com efeito, a balança de bens e serviços apresentou a evolução mais favorável passando de um défice de 2,4% do PIB para um excedente de 0,8%, refletindo sobretudo a componente de serviços. Apenas a balança de rendimentos apresentou uma deterioração, tanto na componente primária (menos 0,5 p.p.), como na componente secundária (menos 0,1 p.p.).

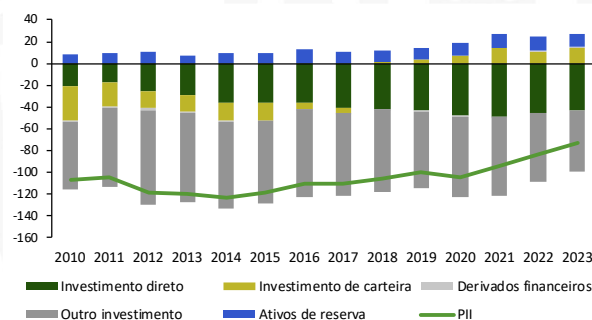
A posição de Investimento Internacional (PII) e a dívida externa líquida continuaram trajetória de redução. No final de 2023, a PII apresentava um saldo negativo de 72,5% do PIB (menos 11, 1 p.p. face ao ano anterior), continuando a tendência de trajetória de redução que se verifica desde o ano de 2015. Todas as componentes, com exceção dos derivadros e dos ativos de reserva, apresentaram uma evolução positiva face ao anterior, com particular destaque para o investimento de carteira. Consequentemente, a dívida externa líquida reduziu-se em 12,9 p.p. para 53,8% do PIB.

**Gráfico 28. Capacidade de Financiamento**  
(% do PIB)



Fonte: INE.

**Gráfico 29. Posição de investimento internacional**  
(% do PIB)



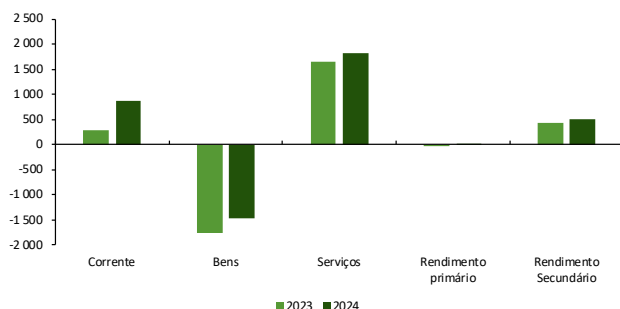
Fonte: Banco de Portugal.

A capacidade de financiamento foi de 1,1 mil milhões de euros em janeiro. Tal se traduz numa variação de 0,6 mil milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior, tendo todas as componentes da balança corrente apresentado uma melhoria face ao mesmo mês de 2023. A balança de bens é responsável por cerca de 50% da melhoria registada na balança corrente, refletindo o saldo da balança energética (combustíveis), o qual melhorou 0,3 mil milhões de euros relativamente a janeiro de 2023. A deterioração do saldo da balança de capital em 38,9 milhões de euros está relacionada com a evolução de ativos não produzidos não financeiros.

uma análise *shift-share*: TVH x peso no período homólogo anterior ÷ 100. O somatório corresponde à TVH das exportações de bens e serviços, de acordo com os valores nominais das Contas Nacionais do INE (33,9%).

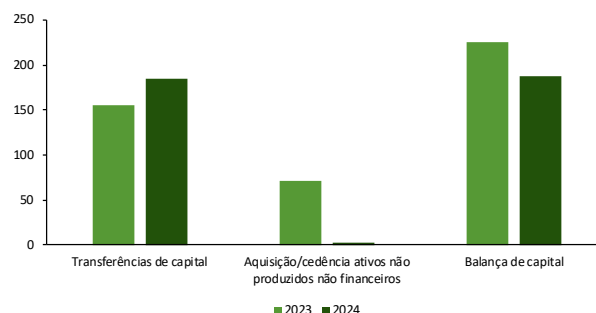


**Gráfico 30. Balança corrente no mês de janeiro**  
(milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

**Gráfico 31. Balança de capital no mês de janeiro**  
(milhões de euros)

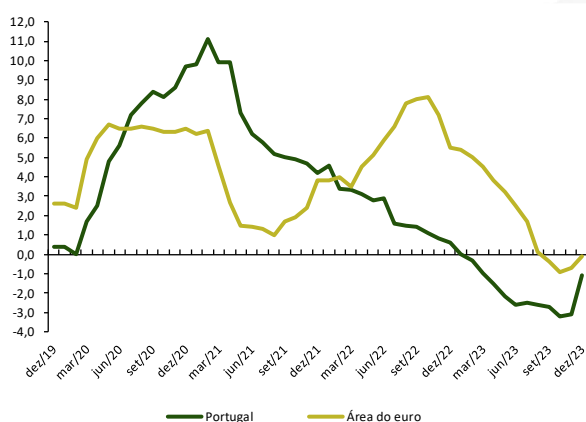


Fonte: Banco de Portugal.

## Financiamento e Endividamento

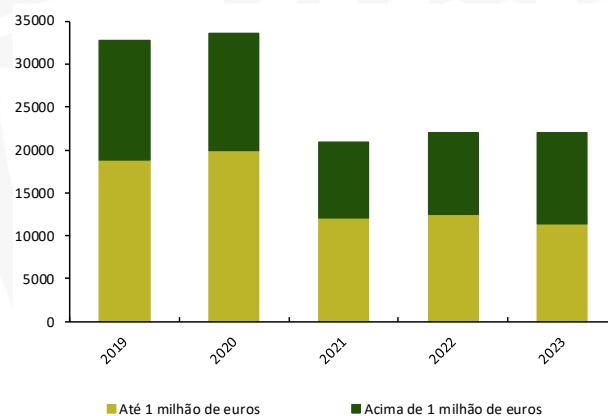
**Em 2023, observou-se um decréscimo do stock de empréstimos às sociedades não financeiras (SNF) em Portugal.** No final de dezembro de 2023, o stock de empréstimos bancários às empresas era de 73,3 mil milhões de euros, representando uma redução anual de 1,1%. Na área do euro, o stock de empréstimos às SNF apresentou uma variação anual de -0,1%. Segundo o Boletim Económico do BCE de fevereiro de 2024, esta evolução é reflexo das condições mais restritivas desde 2022 (devido aos riscos relacionados com as perspetivas económicas e a situação financeira das empresas) e da fraca procura.

**Gráfico 32. Stock de Empréstimos Bancários**  
(taxa de variação anual, %)



Fonte: Banco de Portugal.

**Gráfico 33. Novos Empréstimos às SNF**  
(milhões de euros)



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal.

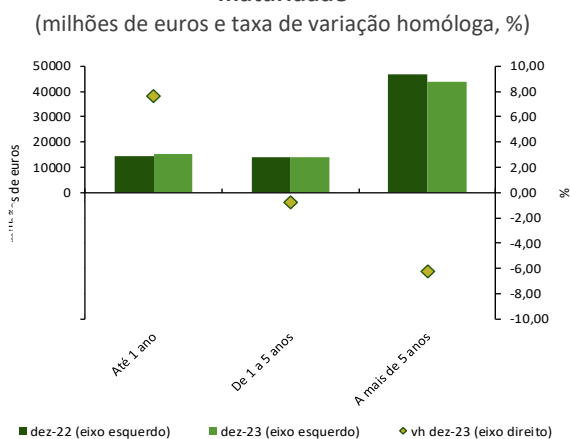
**O montante de novos empréstimos bancários concedidos às SNF diminuiu em 2023.** Em 2023, o montante de novos empréstimos concedidos pelos bancos às empresas foi de 22 014 milhões de euros, inferior em 0,2% face ao ano anterior. Foram concedidos, neste período, 11 404 milhões de euros nos empréstimos até 1 milhão de euros e 10 610 milhões nos empréstimos acima de 1 milhão de euros, menos 8,3% e mais 10,3%, respetivamente, face ao ano anterior.

**No quarto trimestre de 2023, os critérios de concessão de crédito permaneceram inalterados e a procura de crédito pelas empresas em Portugal diminuiu, face ao trimestre anterior.** Segundo o Inquérito aos Bancos sobre o Mercado de Crédito para Portugal, os critérios de concessão de crédito nos empréstimos às empresas permaneceram inalterados e a procura diminuiu ligeiramente, sobretudo nos empréstimos de longo prazo, face ao trimestre anterior. Entre dezembro de 2022 e dezembro de 2023, o stock de

empréstimos a 1 ano aumentou 7,6%, enquanto os *stocks* de empréstimos de 1 a 5 anos e a mais de 5 anos diminuíram em termos homólogos (-0,8% e -6,3%, respetivamente).

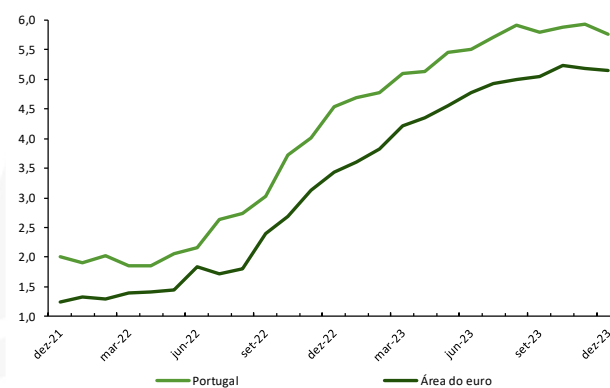
A taxa de juro média em Portugal nos novos empréstimos às empresas aumentou 1,22 p.p. entre dezembro 2022 e dezembro 2023. Embora se observe uma diminuição das taxas de juro nos últimos dois meses de 2023, as taxas de juro nos novos empréstimos em dezembro de 2023 registaram um aumento face a dezembro de 2022, passando de 4,54% para 5,76%. Na área do euro registou-se uma evolução semelhante: a taxa de juro diminuiu nos últimos dois meses de 2023, contudo, apresentou no final de 2023 uma taxa de juro de 5,15% a que corresponde um aumento de 1,71 p.p. face a dezembro de 2022.

**Gráfico 34. Stock de Empréstimos Bancários por maturidade**



Fonte: Banco de Portugal.

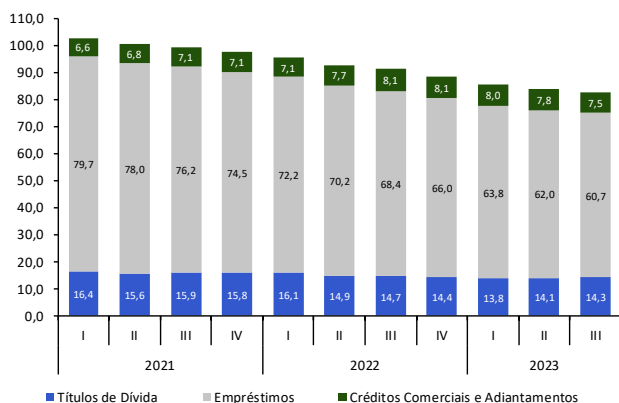
**Gráfico 35. Taxas de juro – média ponderada de montantes (%)**



Fonte: Banco Central Europeu.

A dívida das SNF em percentagem do PIB diminuiu no terceiro trimestre de 2023 pelo décimo trimestre face ao trimestre anterior para 82,5%. A dívida das SNF diminuiu 17,9 p.p. nos últimos dez trimestres e 10,8 p.p. em relação ao quarto trimestre de 2019.

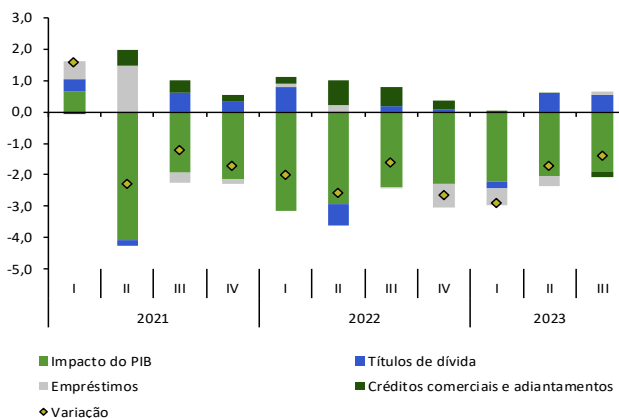
**Gráfico 36. Evolução da dívida das SNF (% do PIB)**



Nota: Dívida consolidada

Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal para os valores da dívida em títulos de dívida, empréstimos, e créditos comerciais e adiantamentos, e com base em dados do INE para os valores do PIB.

**Gráfico 37. Contributos para a variação da dívida das SNF (pontos percentuais)**



Nota: Dívida consolidada

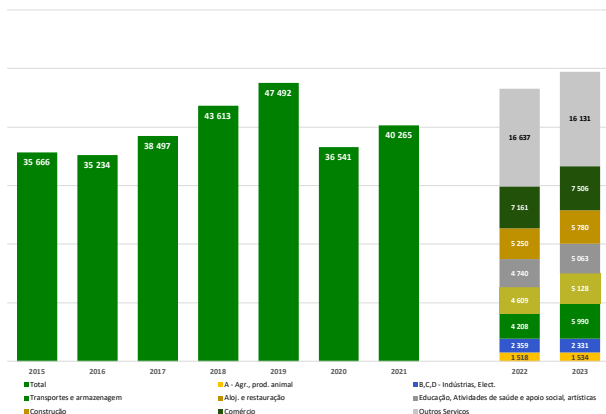
Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal para os valores da dívida em títulos de dívida, empréstimos, e créditos comerciais e adiantamentos, e com base em dados do INE para os valores do PIB.

O crescimento do PIB foi o maior contributo para a variação do rácio da dívida das SNF (%PIB). A diminuição da dívida das SNF em percentagem do PIB é maioritariamente explicada pelo aumento do PIB e em menor escala pela diminuição nominal dos “créditos comerciais e adiantamentos”. Em direcção contrária, observaram-se aumentos nominais nas componentes “empréstimos” e “títulos da dívida”. Em percentagem do PIB todas as componentes de dívida apresentaram diminuições face ao trimestre anterior, à exceção dos títulos de dívida que aumentaram 0,2 p.p.

**Dinamismo Empresarial**

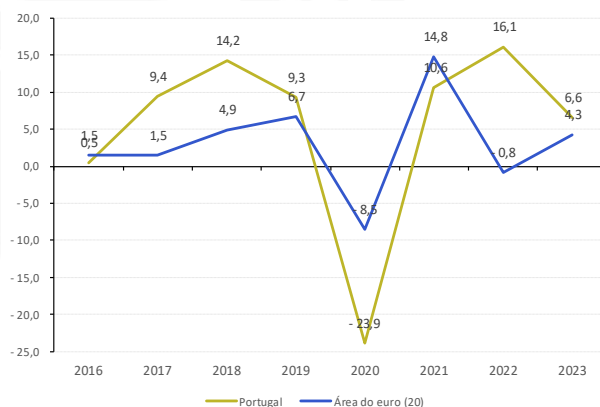
Em 2023, a constituição de empresas em Portugal superou o nível pré-pandemia. O número de empresas constituídas em 2023 (49 523) ultrapassou o número verificado no ano anterior (46 531), com um crescimento homólogo de 6,4% e de 4,3% comparativamente a 2019. O setor que apresentou maior crescimento em 2023 foi o dos Transportes e Armazenagem (com 1782 novas empresas, mais 42,3%). O segundo maior crescimento em 2023 verificou-se no setor do Alojamento e Restauração (com 5128 empresas criadas e uma variação de 11,3%, seguindo-se a Construção (5780 novas empresas, uma variação de 10,1%). O setor do Comércio registou mais 345 empresas criadas do que em 2022 (mais 4,8%), contabilizando 7506 novas empresas. Em 2023, excluindo o setor agrícola, a constituição de empresas em Portugal registou uma variação de 6,6%, enquanto a área do euro apresentou uma variação de 4,3%.

**Gráfico 38. Constituição de Novas Empresas em 2022**  
(Número)



Fonte: INE.

**Gráfico 39. Constituição de Empresas**  
(VH, %)



Fonte: EUROSTAT.

Nota: Série da área do euro - dados para o conjunto de países disponíveis; sem setor agrícola.

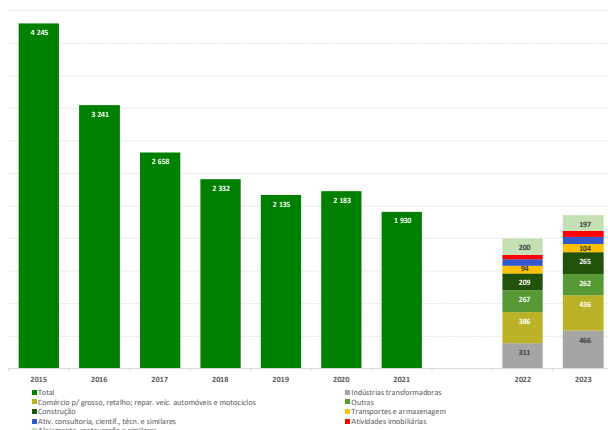
As insolvências decretadas<sup>3</sup> em 2023 ficaram abaixo do período pré-pandemia, mas cresceram face a 2022. Em 2023, foram decretadas 1890 insolvências, representando um crescimento de 18,3% face ao ano anterior e uma redução de 11,5% face a 2019. O setor das Indústrias Transformadoras, com uma variação de 49,8%, foi o que mais cresceu comparativamente a 2022, seguido dos setores da Construção e Atividades Imobiliárias, ambos com um crescimento de 26,8%. Os processos de insolvência<sup>4</sup> em Portugal registaram, em 2023, um crescimento de 20,5% enquanto na área do euro se verificou um crescimento de 10,7%.

<sup>3</sup> Decisão do juiz relativamente aos processos de insolvência entrados em tribunal.

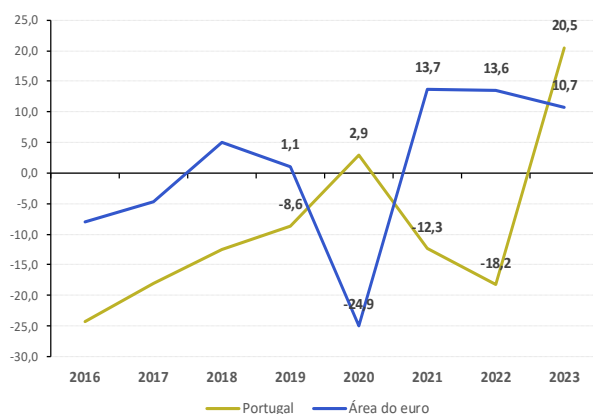
<sup>4</sup> Processo de insolvência corresponde à apresentação, voluntária ou por um credor, à insolvência. Desse processo poderá o juiz decretar insolvência ou ser homologado um plano de recuperação do devedor.



**Gráfico 40. Insolvências decretadas em 2023**  
(Número)

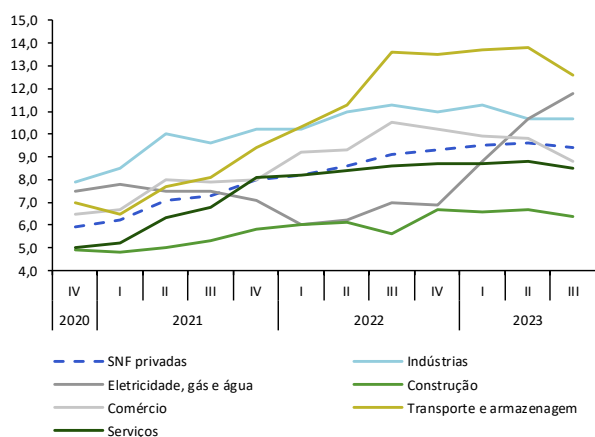


**Gráfico 41. Processos de insolvência**  
(VH, %)

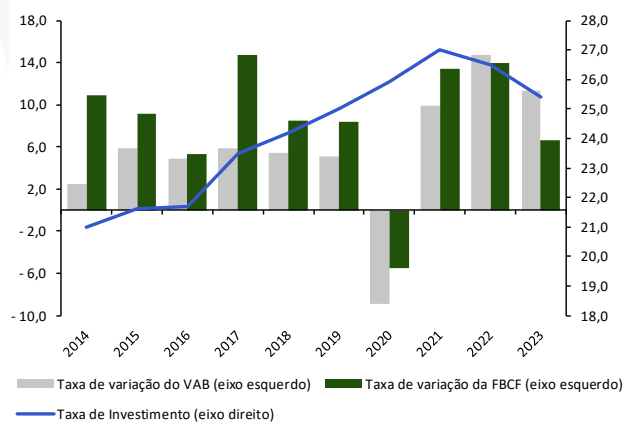


**A rentabilidade média do ativo das SNF aumentou ligeiramente face ao final de 2022**, devido ao aumento no setor da Eletricidade, gás e água. Após subidas consecutivas desde o início de 2021, no ano acabado em setembro de 2023, a rentabilidade do ativo das empresas privadas em Portugal diminuiu 0,2 p.p. para 9,4%, face ao trimestre anterior. Comparativamente com o quarto trimestre de 2022, a rentabilidade aumentou 0,1 p.p., devido ao aumento de 4,9 p.p. observado no setor da Eletricidade, gás e água (todos os outros setores apresentaram diminuições).

**Gráfico 42. Rentabilidade do ativo das SNF**  
(EBITDA em % do ativo total)



**Gráfico 43. Taxa de investimento (FBCF/VAB), taxa de variação do VAB e taxa de variação da FBCF**  
(%)

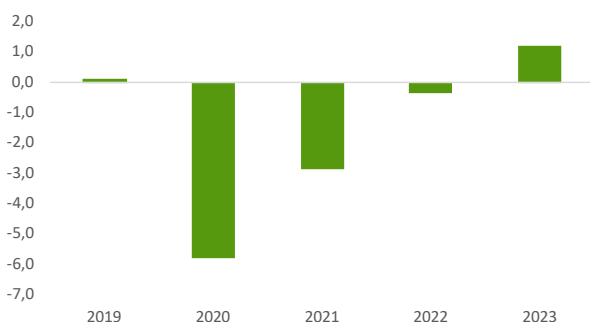


**A taxa de investimento das SNF diminuiu em 2023**. A taxa de investimento das SNF diminuiu em 2023 para 25,4% (inferior em 1,1 p.p. face ao ano anterior e superior em 0,5 p.p. face a 2019). Esta diminuição face ao ano anterior reflete um aumento do VAB (11,4%) superior ao aumento da FBCF (6,6%).

**Finanças Públicas**

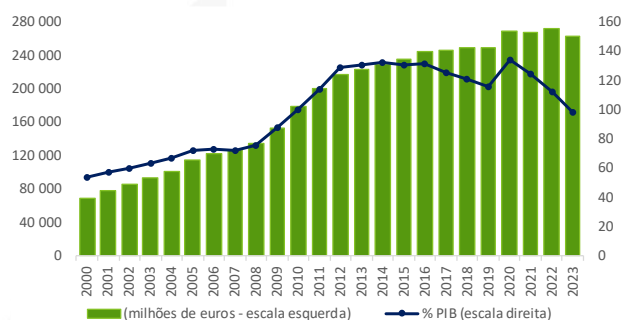
O excedente orçamental foi de 1,2% do PIB. Em 2023, o saldo das Administrações Públicas (AP) situou-se em 3194 milhões de euros, o que compara com -779 milhões de euros, em 2022. Esta melhoria resultou de um aumento da receita (9%) superior ao da despesa (5,2%). A capacidade de financiamento teve origem principalmente no subsetor dos Fundos de Segurança Social (com um saldo de 5670 milhões de euros), uma vez que os subsectores da Administração Central e da Administração Regional e Local apresentaram saldos negativos (-2329 e -148 milhões de euros, respetivamente).

**Gráfico 44. Saldo das administrações públicas**  
(% do PIB)



Fonte: INE.

**Gráfico 45. Dívida pública (ótica de Maastricht)**  
(% do PIB)



Fonte: INE.

A receita aumentou 9%, beneficiando da evolução positiva de todas as componentes. Os maiores contributos resultaram da:

- Receita fiscal (4,6 p.p.) e das contribuições sociais (2,9 p.p.), refletindo o dinamismo da atividade económica e do mercado de trabalho, assim como, no caso dos impostos indiretos, o efeito da inflação.
- Receita de capital (1 p.p.), refletindo a maior utilização de fundos da União Europeia para financiamento de despesa de capital, designadamente no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

A despesa aumentou 5,2%. Para esta evolução contribuíram principalmente:

- As despesas com pessoal (1,8 p.p.), em particular devido aos efeitos das atualizações salariais e das valorizações remuneratórias;
- As prestações sociais (1,4 p.p.);
- Os juros (1 p.p., correspondendo a mais 1087 milhões de euros, face ao ano anterior, invertendo a tendência de descida verificada entre 2015 e 2022);
- O investimento (FBCF) (0,9 p.p.), com um crescimento de 16,8%, impulsionado pela aplicação dos fundos europeus referentes ao PRR.

Em sentido contrário, destaca-se a redução em 25,5% da despesa com subsídios, refletindo a diminuição do valor associado ao registo, como subsídios pagos, da alocação adicional de verbas ao Sistema Elétrico Nacional (SEN) para redução das tarifas de eletricidade (medida de mitigação do impacto do choque geopolítico, tendo sido registado o valor de 650 milhões de euros em 2022 e de 200 milhões de euros em 2023).

**A dívida pública diminuiu para 99,1% do PIB**, no final de 2023, menos 13,3 p.p. face ao final de 2022. Esta redução resultou do efeito conjugado do aumento do denominador (PIB), e da redução do *stock* da dívida pública em 9,3 mil milhões de euros, situando-se em dezembro de 2023, em 263,1 mil milhões de euros.

#### Caixa 1. Programa de Estabilidade 2024-2028

No passado dia 15 de abril, o Governo submeteu o Programa de Estabilidade 2024-2028 (PE 2024-2028) à Assembleia da República. Ao contrário do habitual, o PE 2024-2028 foi construído em políticas invariantes, não refletindo os resultados da implementação do Programa do XXIV Governo, nem outras medidas de política económica que possam vir a ser tomadas.

A economia portuguesa deverá crescer 1,5% em 2024, em linha com o previsto no Orçamento de Estado para 2024 (OE 2024). Nos anos seguintes, prevê-se uma estabilização do crescimento do PIB em torno dos 1,8%. Esta ligeira aceleração fica a dever-se à melhoria dos contributos da procura externa líquida e da procura interna.

Projeta-se uma desaceleração do consumo privado em 2024 face a 2023, com um crescimento semelhante ao da atividade económica, 1,5%. Por outro lado, perspetiva-se uma aceleração do investimento para 4,4%, beneficiando das expectativas de uma maior execução do PRR e da atenuação do impacto negativo das condições de financiamento com a estabilização das taxas de juro.

Quanto ao mercado de trabalho, apesar do aumento da taxa de desemprego em 2024 para 6,7%, estima-se uma redução ao longo do restante período considerado, atingindo o valor de 5,8% em 2028. Apesar da desaceleração do emprego face a 2023, espera-se um aumento da produtividade do trabalho e num crescimento das remunerações por trabalhador de 5%.

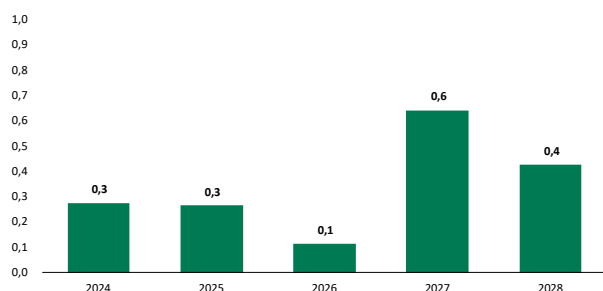
Adicionalmente, prevê-se que o IHPC continue a desacelerar para 2,5% em 2024, 0,8 p.p. abaixo do inscrito no OE 2024. Esta desaceleração manter-se-á no horizonte temporal do PE 2024-2028, em que a inflação tenderá a convergir para níveis próximos dos 2%.

O saldo da balança de bens e serviços deverá reduzir-se, mas mantendo-se positivo, sendo essa redução compensada pela melhoria da balança de rendimentos, implicando que o saldo da balança corrente se situe em 1,7% do PIB, um aumento de 0,4 p.p. Similarmente, a balança de capitais deverá apresentar um crescimento face a 2023 de 0,3 p.p., refletindo o aumento das transferências de fundos europeus. Assim, a economia portuguesa deverá registar uma capacidade de financiamento de 3,2%, que se estabilizará em torno de 2,8% até ao final da projeção.

Tendo em consideração os desenvolvimentos das finanças públicas, prevê-se que em 2023 o saldo orçamental se situe em 0,3% do PIB, evoluindo para um excedente de 0,6% do PIB em 2027.

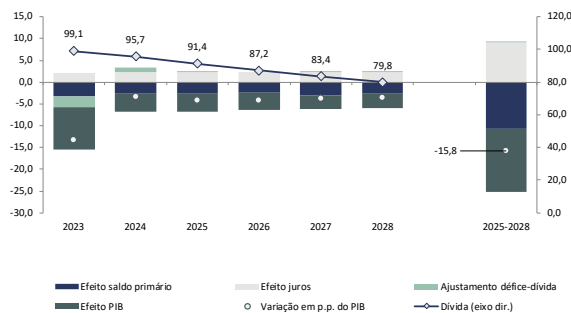
No final de 2023, a dívida pública na ótica de Maastricht atingiu 99,1% do PIB, diminuindo 13,3 p.p. face a 2022. Para esta redução contribuíram o crescimento nominal do PIB (9,8 p.p.), o excedente primário (3,4 p.p.) e, em menor medida, os ajustamentos défice-dívida. Em 2024, prevê-se que a dívida pública em percentagem do PIB se situe em 95,7%, uma redução de 3,4 p.p., evolução decorrente do crescimento do PIB nominal e da manutenção do excedente primário.

**Gráfico 46. Saldo das Administrações Públicas (% do PIB)**



Fonte: Ministério das Finanças, PE 2024-2028.

**Gráfico 47. Contributos para a variação da dívida pública (% p.p.)**



Fonte: Ministério das Finanças, PE 2024-2028.

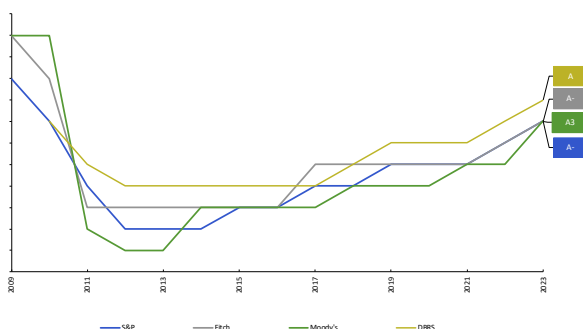
No período 2024-2028, num cenário de políticas invariantes, o rácio da dívida pública em percentagem do PIB deverá manter a trajetória descendente, descendo para níveis inferiores a 90% do PIB já em 2026 e reduzindo-se para um nível abaixo dos 80% em 2028. Esta tendência representa uma previsão de redução da dívida pública em 15,8 p.p. no período 2024-2028.

O **rating da dívida pública foi classificado no nível de notações “A”** pelas principais agências de *rating*. No início de março de 2024, a agência de notação financeira Standard & Poor’s (S&P) subiu a notação da dívida portuguesa de BBB+ para A-, com perspetiva positiva. Na justificação para a sua decisão, a agência destacou a redução do rácio da dívida pública e o desempenho orçamental. Portugal volta, ao fim de 13 anos, a estar no patamar A nas principais agências de *rating* (S&P, Moody’s, Fitch e DBRS).

**Caixa 2. Ratings da República Portuguesa**

No passado dia 19 de janeiro, a agência canadiana DBRS manteve o *rating* da República Portuguesa em “A”, afirmando uma perspetiva estável. No dia 1 de março, a agência norte-americana Standard & Poor’s elevou a notação da dívida soberana portuguesa de “BBB+” para “A-”, mantendo a perspetiva positiva. Pela primeira vez, desde 2011, as notações de longo prazo da dívida portuguesa das quatro principais agências encontram-se nos níveis A.

**Gráfico 48. Evolução dos ratings das principais agências**



Fonte: DBRS, Fitch ratings, Moody’s e Standard & Poor’s.

**Gráfico 49. Ratings e outlook da dívida soberana portuguesa das principais agências**

Agência	Longo Prazo (LP) Notação	Outlook (LP)	Última Alteração de Rating (LP)	Próxima Avaliação de Rating
DBRS	A	Estável	21-07-2023 Upgrade: A (baixo) p/A	19/07/2024
Fitch Ratings	A-	Estável	27-09-2023 Upgrade:BBB+ p/ A-	22/09/2024
Moody’s	A3	Estável	17-11-2023 Upgrade: Baa2 p/ A3	17/05/2024
Standard & Poor’s	A-	Positivo	01-03-2024 Upgrade: BBB+ p/ A-	01/09/2024
Scope	A-	Estável	24-03-2023 Upgrade: BBB+ p/ A-	24/09/2024

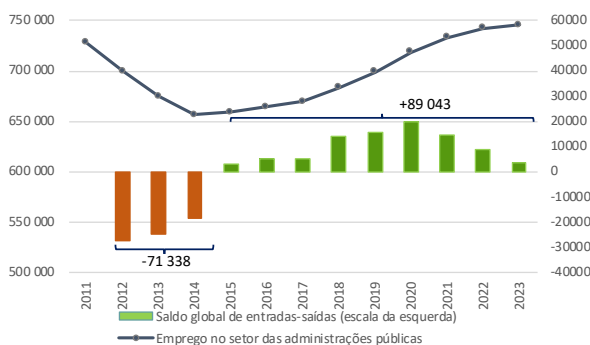
Fonte: DBRS, Fitch ratings, Moody’s e Standard & Poor’s.

De acordo com a DBRS, a forte situação orçamental de Portugal e a dinâmica favorável da dívida atenuam os riscos decorrentes de um volume ainda elevado de dívida do sector público. A agência destacou como principais vulnerabilidades o elevado nível da dívida pública, embora em rápida melhoria, e um potencial de crescimento económico relativamente baixo, podendo estas ser agravadas se as taxas de juro se mantiverem elevadas durante um período prolongado.

Segundo a S&P, a melhoria da avaliação justificou-se pela redução dos riscos de liquidez externa, suportada pela diminuição da dívida externa. A subida do *rating* refletiu também a diminuição sustentada do rácio da dívida em percentagem do PIB, sendo que a agência prevê uma continuação da tendência descendente, embora a um ritmo menos acelerado.

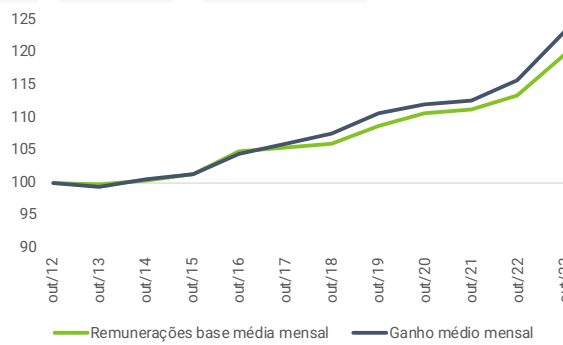
**O emprego público aumentou 0,4%.** No final de 2023, o emprego das administrações públicas totalizou 745 406 postos de trabalho, representando um aumento de 0,4% (mais 3239 postos de trabalho) face ao final de 2022. Esta variação resultou do acréscimo de 2,3% na administração local (correspondente a mais 3065 postos de trabalho) e do aumento de 0,1% na administração central (mais 701 postos de trabalho). Os restantes subsectores (administração regional e fundos de segurança social) registaram uma redução do emprego. As carreiras de técnico superior, médica e de enfermagem e as carreiras de docente do ensino universitário e superior politécnico foram as que apresentaram maior contributo para o aumento do emprego.

**Gráfico 50. Saldo global de entradas e saídas do emprego público**  
(postos de trabalho, fim de período)



Fonte: DGAEP.

**Gráfico 51. Remunerações base e ganhos médios mensais nas Administrações Públicas**  
(Índice 2011=100)



Fonte: DGAEP; Ministério das Finanças.

**As remunerações e os ganhos médios mensais apresentaram uma evolução ascendente.** Em outubro de 2023, as remunerações de base e os ganhos médios mensais apresentaram uma variação homóloga de 5,5% e 6,5%, respetivamente, refletindo o efeito conjugado:

- Da entrada e saída de trabalhadores com diferentes níveis remuneratórios;
- Da atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) para 760 euros e do valor da remuneração base praticada na administração pública para 769,20 euros;
- Das medidas de valorização remuneratória aprovadas para os trabalhadores em funções públicas.

Para o aumento do ganho médio mensal contribuíram o aumento da remuneração base média mensal e das restantes componentes do ganho, como subsídios e suplementos regulares e pagamentos por horas suplementares ou extraordinárias.

### Caixa 3. Mapas de IRS – Distribuição de rendimentos e de desigualdades

Os Mapas Interativos do IRS referentes ao ano de 2022, ao nível do concelho e do distrito, foram publicados pelo GPEARI, tendo sido construídos com base nos dados administrativos das notas de liquidação do IRS<sup>5</sup>.

Os mapas disponibilizados apresentam três análises distintas: por sujeito passivo, por agregado fiscal e por agregado fiscal equivalente (utilizando a escala modificada da OCDE). Em cada mapa, é possível aceder à distribuição geográfica de oito indicadores principais: o número de sujeitos passivos ou agregados fiscais (consoante o mapa é referente a sujeitos passivos ou agregados fiscais); o rendimento bruto anual (englobado no IRS); o índice de Gini; a percentagem de rendimento do concelho/distrito detida pelo 1% dos sujeitos com mais rendimentos (*top 1%*); o rendimento do top 10% sobre o dos 10% dos sujeitos com menos rendimentos (*bottom 10%*), mais conhecido por rácio S90/S10; a população do concelho/distrito composta pelos 0,1% dos sujeitos com mais rendimentos do país; a população do concelho/distrito composta pelos 10% dos sujeitos com menos rendimentos do país; e o rendimento anual disponível após o IRS. Cada indicador mencionado, desagrega-se ainda em outros indicadores associados. Por exemplo, o último indicador, rendimento anual disponível, desagrega-se em indicadores como o rendimento bruto médio e total, a taxa efetiva e o IRS liquidado médio e total.

Considerando a análise por adulto equivalente, em 2022, a média nacional dos rendimentos bruto englobado e líquido equivalentes (após coleta) foi de 15 150 euros e 13 152 euros, respetivamente, e a taxa efetiva média do imposto de 13,2%. Os distritos de Lisboa, Setúbal e Coimbra foram os que apresentaram um rendimento bruto médio equivalente acima da média nacional, enquanto os distritos de Vila Real, Viana do Castelo e Bragança os que registaram o rendimento bruto médio mais baixo. Ao nível dos concelhos, Oeiras, Lisboa e Cascais, todos do distrito de Lisboa, apresentaram os valores mais elevados, enquanto Valpaços (Vila Real), Cinfães e Resende (Viseu) foram os que registaram os valores mais baixos. No que se refere à taxa efetiva, a média nacional foi superada apenas nos distritos de Lisboa e Setúbal, enquanto 26 concelhos registaram uma taxa efetiva média superior à média nacional, destacando-se o concelho de Lisboa com uma taxa efetiva média superior a 20%.

Comparativamente a 2021, o rendimento bruto englobado e o rendimentos líquido equivalentes registaram um aumento de 5,5% e de 5,2%, respetivamente, refletindo-se num aumento da taxa efetiva em 0,2 p.p. Comparando com 2021, o distrito de Faro e a Região Autónoma (RA) dos Açores foram as regiões em que os rendimentos bruto e líquido registaram o maior crescimento (superior a 7%), concomitantemente, Lagoa (Faro), Lagoa e São Roque do Pico (Açores) foram os concelhos que mais cresceram (superior a 12%). Em sentido inverso, embora todos os distritos tenham registado um aumento dos rendimentos bruto englobado e líquido equivalentes, os concelhos de Odemira (Beja) e Campo Maior (Portalegre) viram o seu rendimento bruto e líquido médio equivalente diminuir. Relativamente à taxa efetiva média, apenas as RA dos Açores e da Madeira registaram uma redução da taxa efetiva, enquanto Faro foi o distrito em que esta mais aumentou (0,7 p.p.). Analisando os concelhos, 52 registaram uma diminuição na sua taxa efetiva média, salientando-se Campo Maior (Portalegre), Penela (Coimbra) e Alvito (Beja) com uma redução acima

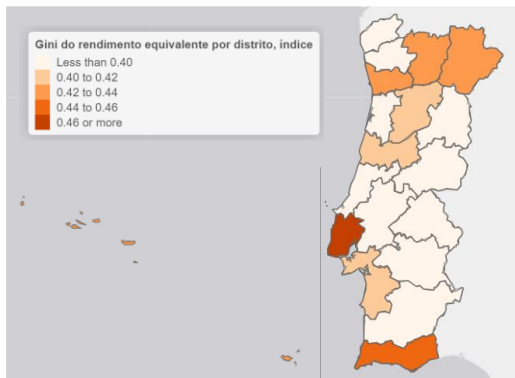
<sup>5</sup> Dados rececionados da AT a 5 de dezembro de 2023, com data de extração de 29 de novembro de 2023.



de 1 p.p. Por outro lado, destacam-se os concelhos de Lagoa (Faro), Castro Marim (Faro), Monforte (Portalegre), Lagoa (Açores) e Tavira (Faro) com um aumento da taxa efetiva acima de 1 p.p.

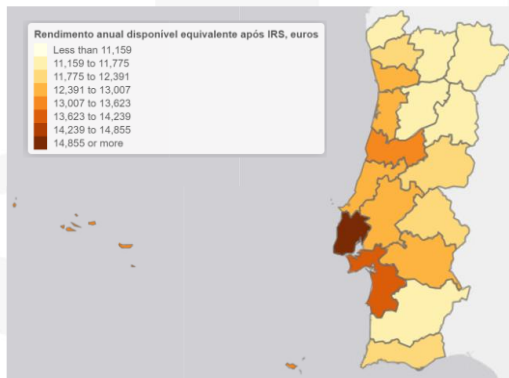
Considerando os indicadores de desigualdade, em 2022, a diferença entre o índice de Gini pré-IRS e pós-IRS reduziu-se em 0,05 p.p., passando de 0,43 pré-IRS para 0,37 pós-IRS, índice semelhante ao verificado em 2021. Seis distritos registaram um índice pós-IRS superior à média nacional, destacando-se Lisboa e Faro com 0,40. Considerando os concelhos, 12 apresentaram um índice de Gini pós-IRS acima de 0,40, sendo de destacar Lisboa e Vila do Porto (Açores) com um índice superior a 0,45. De entre os distritos com um índice de Gini inferior à média, ressaltam os distritos de Évora e Portalegre com valores abaixo de 0,33. Olhando para os concelhos, ressaltam Mora (Évora), Barrancos (Beja), Alandroal (Évora), Portel (Évora) e Palmela (Setúbal) com um índice de 0,28, o mais baixo. Todos os distritos reduziram a diferença entre o índice de Gini antes e após o imposto, sendo que apenas o distrito de Lisboa registou uma redução superior à média nacional. Em termos de concelhos, Lisboa e Évora (Setúbal) apresentaram a maior redução na diferença entre os índices de Gini, enquanto os concelhos de Povoação (Açores) e Velas (Açores) registaram a diminuição menos expressiva.

**Figura 1. Índice de Gini por distrito**



Fonte: Ministério das Finanças, cálculos GPEARI.

**Figura 2. Rendimento bruto anual equivalente**



Fonte: Ministério das Finanças, cálculos GPEARI.

Analisando o indicador S90/S10, verifica-se que, em 2022, os 10% dos sujeitos com mais rendimentos tinham um rendimento bruto, em média, 28,4 vezes superior ao dos 10% dos sujeitos com menos rendimentos, enquanto em 2021 foi de 29,3 vezes. Em termos distritais, observa-se uma grande disparidade, quatro distritos situam-se acima da média nacional, destacando Faro em que o rácio atinge os 64,7 (84,9, em 2021). Em sentido inverso, os distritos de Évora e Portalegre registaram um rácio abaixo dos 17. Analisando os concelhos, a disparidade torna-se mais expressiva, com nove concelhos a registarem um rácio acima de 100, destacando-se Tavira (Faro) com um rácio de 344,7, enquanto 47 concelhos apresentaram um rácio abaixo de 15, salientando-se Mora (Évora) com o rácio mais baixo de 10,5.

### Financiamento das Instituições Financeiras Europeias

Durante o primeiro trimestre, o Banco Europeu de Investimento (BEI) assinou um investimento de 105,5 milhões de euros relativo ao Hospital de Lisboa Oriental (HLO), que será construído em regime de Parceria Público-Privada (PPP) e que visa proporcionar acesso a serviços de saúde mais modernos e uma melhor distribuição de camas hospitalares pela cidade de Lisboa.

O HLO terá 875 camas e disporá de todas as especialidades atualmente existentes no Centro Hospitalar Universitário de Lisboa Central, a que acrescem as especialidades de Reumatologia, Medicina Nuclear e de

Radioncologia, estando prevista uma ligação reforçada à Faculdade com forte componente de ensino e investigação.

**Quadro 1. Financiamentos assinados pelo BEI para Portugal no primeiro trimestre de 2024**  
(milhões de euros)

Projeto	Área	Montante
Hospital de Lisboa Oriental	Saúde	105,60
<b>Total 2024</b>		<b>105,50</b>

Fontes: BEI, GPEARI - Departamento de Cooperação e Relações Internacionais.

De recordar que, em 2023, Portugal esteve novamente entre os principais beneficiários do financiamento do Grupo do BEI, com um total de 2,12 mil milhões de euros investidos, ou cerca de 0,8% do PIB, com foco em apoio às empresas e à transição ecológica. A divulgação dos resultados da atividade do Grupo BEI em Portugal foi feita no passado dia 19 de março.

**Previsões Económicas**

**Quadro 2. Previsões Económicas para 2024**  
(à data de 9 de abril de 2024)

	2024 <sup>e</sup>						
	MF	BdP	CFP	BCE	CE	FMI	OCDE
<b>PIB e componentes da despesa (taxa de crescimento real, %)</b>							
<b>PIB</b>	<b>1,5</b>	<b>2,0</b>	<b>1,6</b>	<b>1,2</b>	<b>1,2</b>	<b>1,5</b>	<b>1,2</b>
Consumo privado	1,5	2,1	1,4	-	-	-	1,0
Consumo público	1,8	1,2	2,2	-	-	-	1,8
Investimento (FBCF)	4,4	3,6	3,6	-	-	-	2,9
Exportações de bens e serviços	3,1	3,5	2,8	-	-	2,8	2,3
Importações de bens e serviços	4,0	4,2	3,0	-	-	3,9	3,2
<b>Contributos para o crescimento do PIB (p.p.)</b>							
Procura interna	1,9	-	1,7	-	-	-	1,6
Procura externa líquida	-0,4	-	-0,1	-	-	-	-0,4
<b>Desenvolvimentos cíclicos</b>							
Produto potencial (taxa de variação, %)	-	-	2,2	-	-	-	1,6
Hiato do produto (% produto potencial)	-	-	0,8	-	-	0,3	-1,4
<b>Evolução dos preços (taxa de variação, %)</b>							
Deflator do PIB	2,9	-	3,0	-	-	2,7	3,2
IHPC	2,5	2,4	2,6	2,9	2,3	3,4	3,3
<b>Evolução do mercado de trabalho (taxa de variação, %)</b>							
Emprego (ótica de Contas Nacionais)	0,4	0,7	0,3	-	-	0,6	0,6
Taxa de desemprego (% da população ativa)	6,7	6,5	6,4	7,1	-	6,5	6,3
Produtividade aparente do trabalho	1,1	-	1,3	-	-	-	0,6
Remuneração média por trabalhador	5,0	-	7,6	-	-	-	4,3
<b>Contas Públicas (em % do PIB)</b>							
Receita total	44,3	-	43,8	-	44,6	44,6	44,7
Despesa total	44,0	-	43,3	-	44,4	44,7	44,5
Saldo primário	2,6	-	2,8	-	2,4	2,3	2,6
Saldo global	0,3	0,1	0,5	-	0,1	-0,1	0,2
Saldo estrutural	-	-	0,2	-	-0,1	-0,3	-
Dívida pública	95,7	96,8	95,3	-	100,3	104,0	101,5
<b>Saldo das balanças corrente e de capital (em % do PIB)</b>							
Capacidade/necessidade líquida de financiamento face ao exterior	3,2	3,6	3,3	-	-	-	-
Saldo da balança corrente	1,7	-	1,0	-	-	1,1	1,3
da qual: saldo da balança de bens e serviços	0,4	1,1	0,8	-	-	-	0,7
Saldo da balança de capital	1,6	-	2,3	-	-	-	-

<sup>e</sup> estimativa.

Fontes: Ministério das Finanças [MF] - Programa de Estabilidade 2024-2028, 15 de abril 2024; Banco de Portugal [BdP] - Boletim Económico, 22 de março 2023 e Boletim Económico, 15 de dezembro 2023 (Contas Públicas); Conselho de Finanças Públicas [CFP] - Perspetivas Económicas e Orçamentais 2024-2028, 9 de abril de 2024; Banco Central Europeu [BCE] - Eurosystem staff macroeconomic projections, 28 de dezembro 2023; Comissão Europeia [CE] - European Economic Forecast: Winter 2024, 15 de fevereiro de 2024 e European Economic Forecast: Autumn 2023 (Contas Públicas), 15 de novembro de 2023; Fundo Monetário Internacional [FMI] - World Economic Outlook, 10 de outubro 2023; Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico [OCDE] - Economic Outlook, 29 de novembro 2023 (Versão Preliminar).



## ■ Política Económica

### Política Europeia

#### Conselho da União Europeia

**Reunião do Conselho ECOFIN de dia 16 de janeiro.** Nesta que foi a primeira reunião sob a presidência belga do Conselho da União Europeia, destaca-se a apresentação das prioridades deste país para a área da economia e finanças. De destacar igualmente que os ministros deram início ao processo anual do Semestre Europeu, tendo aprovado conclusões relativas ao Relatório sobre o Mecanismo de Alerta de 2024 e à Análise Anual do Crescimento Sustentável de 2024, bem como a sua recomendação sobre política económica da área do euro para 2024. O Conselho recebeu também informações atualizadas da Comissão Europeia sobre a situação atual do impacto económico e financeiro da agressão da Rússia contra a Ucrânia, tendo discutido a situação orçamental deste país, o respetivo apoio financeiro da UE, assim como os trabalhos em curso relativos à possível utilização de bens russos imobilizados. De salientar ainda que os ministros forneceram orientações para a continuação dos trabalhos de preparação da próxima reunião dos ministros das finanças e dos governadores dos bancos centrais do G20 de 26 a 29 de fevereiro de 2024.

**Reunião informal do Conselho ECOFIN de 23 e 24 de fevereiro de 2024.** Desta reunião destaca-se a discussão em torno da estratégia a ser adotada pelo Banco Europeu de Investimento com vista a torná-lo mais impactante, tendo os ministros defendido a importância de este assumir um papel mais forte na resposta aos desafios com os quais a Europa se depara nos domínios da competitividade, da defesa e do clima. É de destacar ainda a discussão com vista ao reforço da literacia financeira dos cidadãos e pequenos investidores da União, no quadro da qual foram definidas três linhas de ação: oferecer um melhor acesso a informações claras, disponibilizar ferramentas para comparar diferentes produtos de investimento e propor produtos de poupança atrativos ao nível da União. Há a salientar também o debate relativo ao futuro da competitividade da União, onde se abordaram soluções concretas, tanto para o setor público, como para o privado, e o financiamento de áreas prioritárias da UE.

**Reunião do Conselho ECOFIN de 12 de março de 2024.** Desta reunião destaca-se o debate acerca da implementação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, tendo como ponto de partida a apresentação da Comissão Europeia da sua avaliação intercalar deste instrumento. Há a relevar também a discussão em torno do impacto económico da agressão da Rússia contra a Ucrânia, tendo a situação económica e orçamental deste país foi abordada. Destaca-se ainda o facto de o Conselho ECOFIN ter tido a oportunidade de aprovar as suas linhas de orientação para o Orçamento de 2025 da União Europeia, as quais darão orientação política para a preparação, por parte da Comissão, do Orçamento da UE para o próximo ano. Finalmente, é de notar que o Conselho adotou a sua recomendação com vista a dar quitação à Comissão quanto à execução do Orçamento da União para 2022.

#### Banco Central Europeu

**Reunião do Conselho do BCE de 25 de janeiro.** O Conselho decidiu manter as taxas diretoras inalteradas: as taxas de juro de facilidade de depósito, das operações principais de refinanciamento e de facilidade de cedência de liquidez mantiveram-se, respetivamente, em 4%, 4,50% e 4,75%. O BCE tenciona reinvestir os pagamentos de capital de títulos adquiridos no contexto do programa de compra de ativos devido a

emergência pandémica (PEPP, sigla em inglês para *pandemic emergency purchase programme*), até à primeira metade de 2024. Na segunda metade do ano, o BCE pretende reduzir o portefólio deste programa em 7,5 mil milhões de euros, em média, por mês, descontinuando os reinvestimentos no final do ano. As posições do Eurosistema em títulos adquiridos ao abrigo do programa de compra de ativos (APP, sigla em inglês para *asset purchase programme*) têm reduzido a um ritmo moderado e previsível, já que o Eurosistema não reinveste os pagamentos de capital de títulos vincendos.

**Reunião do Conselho do BCE de 7 de março.** O Conselho decidiu manter as taxas diretoras inalteradas. O Eurosistema não reinveste os pagamentos de capital de títulos vincendos, pelo que as posições do Eurosistema em títulos adquiridos ao abrigo do APP têm diminuído a um ritmo moderado e previsível. O BCE pretende reinvestir os pagamentos de capital de títulos adquiridos no contexto do PEPP, até à primeira metade de 2024. Na segunda metade do ano, o BCE pretende reduzir este portefólio em 7,5 mil milhões de euros, em média, por mês, tencionando descontinuar os reinvestimentos no contexto do PEPP até ao fim de 2024.

**Caixa 4. Desequilíbrios macroeconómicos em Portugal no contexto da IDR 2024**

O *Macroeconomic Imbalance Procedure* (MIP) é uma ferramenta da Comissão Europeia que tem como objetivo a identificação, prevenção e resolução de desequilíbrios macroeconómicos com potencial de afetar a estabilidade económica num determinado estado-membro, na área do euro, ou na UE. O procedimento inicia-se anualmente com a publicação do *Alert Mechanism Report* (AMR), em novembro do ano anterior, que sinaliza os países que deverão ser alvo de um processo de *In-depth Review* (IDR), de acordo com os riscos de desequilíbrios macroeconómicos que apresentam. Para 2024, o AMR sinalizou para IDR 11 países com desequilíbrios excessivos e desequilíbrios e a Eslováquia, uma vez que apresenta riscos de surgimento de desequilíbrios. Portugal foi indicado para uma IDR, no âmbito do AMR, visto ser considerado um país com desequilíbrios. As IDR foram apresentadas em abril de 2024. Neste contexto, Portugal continua a registar desequilíbrios no âmbito do elevado endividamento privado, público e externo. Adicionalmente, foram identificados potenciais riscos no que concerne ao mercado habitacional. As perspetivas são, no entanto, favoráveis, uma vez que todas as vulnerabilidades estão a recuar a um ritmo acelerado e os riscos estão ligados principalmente a fatores externos.

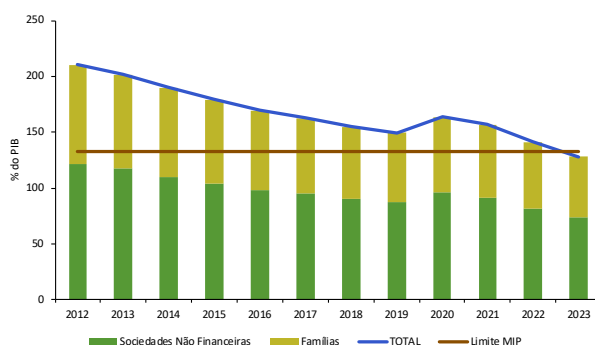
**Quadro 3. Scoreboard de Portugal**

Indicadores	Unidades	Limite	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Saldo da balança corrente	% do PIB, média de 3 anos	6%/-4%	0,5	0,9	1,0	0,8	0,0	-0,5	-1,0	-0,2
Posição líquida de investimento internacional	% do PIB	-35%	-110,5	-110,4	-106,4	-100,0	-104,6	-94,4	-83,6	-72,5
Taxa real de câmbio efectiva [42 parceiros comerciais]	variação percentual - 3 anos	-/+5%*	-1,7	-0,7	3,4	-0,1	-0,1	-2,7	-3,1	-1,4
Quota de mercado das exportações [% de exportações mundiais]	variação percentual - 5 anos	-6%	5,0	13,8	8,4	8,1	-1,8	-6,0	-1,9	(-)
Índice de custos unitários de trabalho [2010=100]	variação percentual - 3 anos	9%**	-0,5	2,8	6,3	8,5	15,6	13,3	10,7 <sup>(b)</sup>	8,6 <sup>(b)</sup>
Índice de preços da habitação [2015=100, deflacionado]	variação percentual - 1 ano	6%	6,1	7,6	8,6	9,0	8,1	7,3	4,8	3,0
Fluxo de crédito ao sector privado [consolidado]	% do PIB	14%	-1,8	2,9	0,8	2,6	4,4	4,5	2,9 <sup>(b)</sup>	(-)
Dívida do sector privado [consolidado]	% do PIB	133%	169,3	163,0	155,1	149,5	163,7	156,6	141,1 <sup>(b)</sup>	128,1 <sup>(b)</sup>
Dívida bruta das Administrações públicas	% do PIB	60%	131,5	126,1	121,5	116,6	134,9	125,4	112,4	99,1 <sup>(b)</sup>
Taxa de desemprego	média de 3 anos	10%	12,6	10,9	9,3	7,7	7,0	6,8	6,6	6,5
Total do passivo do sector financeiro [não consolidado]	variação percentual - 1 ano	16,5%	-0,4	1,3	0,4	-0,2	6,6	7,6	-4,0	(-)
Taxa de participação [% do total da população entre 15-64 anos]	variação em p.p. - 3 anos	-0,2 p.p.	1,5	2,0	2,2	2,2	0,0	0,4	1,3	3,8
Taxa de desemprego de longo prazo [% da população activa entre 15-74 anos]	variação em p.p. - 3 anos	0,5 p.p.	-3,3	-4,1	-4,3	-3,6	-2,3	-0,3	0,0	0,2
Taxa de desemprego jovem [% da população activa entre 15-24 anos]	variação em p.p. - 3 anos	2 p.p.	-10,3	-10,9	-11,7	-9,7	-1,4	3,2	0,8	-2,2

Notas: (p) provisório; (b) quebra; (e) estimado; (-) não disponível; \* valor para a área do euro, UE -/+11%; \*\* valor para área do euro, UE 12%  
 Fonte: Eurostat.

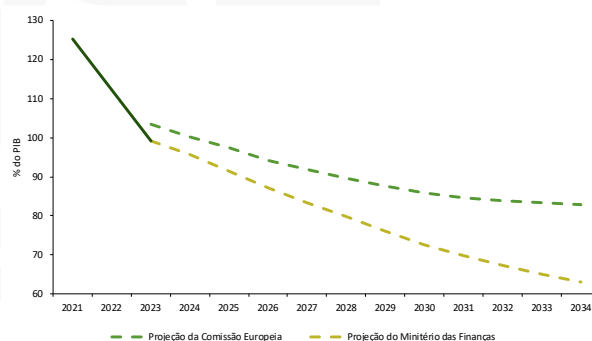
No que diz respeito à dívida privada, verificou-se, em 2023, o regresso à trajetória acelerada de redução do rácio entre a dívida privada e o PIB. Após o aumento pontual em 2020, o rácio caiu para 128% em 2023, motivado pelo forte crescimento nominal do PIB e pela retração na concessão de crédito. Desta forma, passou a situar-se abaixo do nível macroprudencial definido, algo que não acontecia desde 1999. Tanto empresas como famílias contribuíram para a diminuição do endividamento, mas os rácios permaneceram acima dos valores de referência prudenciais e dos valores baseados nos fundamentos específicos estimados por país (52% e 59% para empresas, e 33% e 32% para famílias, respetivamente). Também as vulnerabilidades na estrutura da dívida diminuíram, uma vez que o rácio de NPL (crédito malparado, *non-profit loans* em inglês) continuou a diminuir, não obstante os maiores custos com o serviço da dívida colocarem pressão nalguns grupos de devedores. A resiliência do setor bancário tem sido fortalecida com o aumento substancial das margens de lucro, refletido em maior retorno sobre o capital e no reforço do capital próprio (CET1 aumentou para 16.4% nos três primeiros trimestres de 2023).

**Gráfico 52. Dívida Privada detida por sociedades não financeiras e famílias (% do PIB)**



Fonte: Eurostat e IDRs 2024.

**Gráfico 53. Trajetória de evolução da dívida pública (% do PIB)**



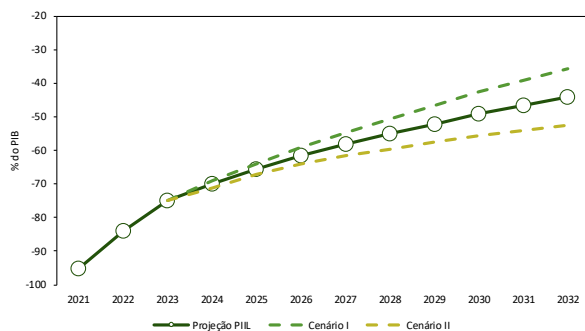
Fonte: Debt Sustainability Monitor 2023 (Comissão Europeia); Programa de Estabilidade 2024-28 (Ministério das Finanças).

Quanto à dívida pública, o rácio da dívida em relação ao PIB voltou a diminuir em 2023, ultrapassando a barreira dos 100% e bem abaixo do pico de 134,9% em 2020. Esta diminuição reflete sobretudo o diferencial favorável entre o crescimento nominal e a taxa de juro, e também o efeito de redução da dívida no saldo primário, com a passagem do saldo das administrações públicas de um défice de 0,3% em 2022 para um excedente de 1,2% do PIB em 2023. Prevê-se que o rácio continue a diminuir nos anos subsequentes, ainda que a um ritmo mais lento. Contudo, no médio prazo, de acordo com a avaliação da Comissão Europeia, Portugal enfrenta riscos de sustentabilidade orçamental elevados devido à manutenção de níveis elevados de dívida que tornam o país vulnerável a cenários de deterioração das condições económicas e financeiras. A longo prazo, prevê-se que os riscos diminuam, sendo classificados como baixos.

A posição de investimento internacional líquida (PIIL) negativa de Portugal tem continuado a melhorar substancialmente e a perspetiva mantém-se favorável. Após a deterioração temporária em 2020, a PIIL melhorou acentuadamente pelo terceiro ano consecutivo, passando de -104,6% do PIB em 2020 para -72,5% em 2023. Uma parte substancial desta melhoria resultou do crescimento nominal do PIB e das melhorias observadas nas balanças corrente e de capital. Com efeito, a balança corrente melhorou consideravelmente em 2023 para um excedente de 1,4% do PIB, refletindo sobretudo termos de troca mais favoráveis e um forte crescimento do turismo internacional. No futuro, prevê-se que o rácio da PIIL alcance o limiar de referência no médio prazo, sendo que os riscos para a posição externa portuguesa se encontram

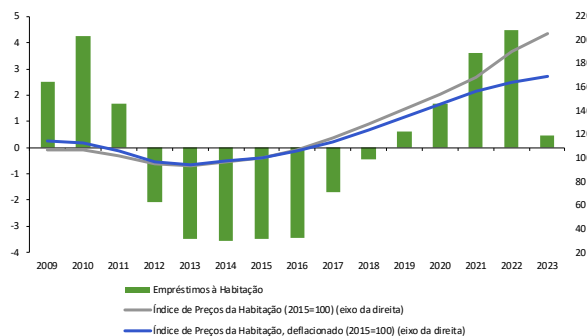
mitigados pela estrutura favorável do PIIL, onde a porção de instrumentos que não podem entrar em incumprimento representa cerca de 70% do seu total.

**Gráfico 54. Evolução da posição de investimento internacional líquida (% do PIB)**



Fonte: Country Report Portugal 2023 (Comissão Europeia).

**Gráfico 55. Índice de preços da habitação e novos empréstimos (tvh, índice 2015=100)**



Fonte: INE, Eurostat, Banco de Portugal.

Adicionalmente, no mercado da habitação, verifica-se que o forte crescimento nos preços das casas verificado em Portugal na última década moderou para 8,2% em 2023, tendo sido 12,6% em 2022. Se deflacionado, o índice dos preços da habitação continuou o abrandamento, passando de 4,8% em 2022 para 3,0% em 2023. Assim, ao contrário de muitos países na EU, prevê-se que os preços da habitação em Portugal continuem a crescer, mas a uma taxa inferior. De salientar, ainda, o diferencial de sobrevalorização, calculado pela Comissão Europeia, que passou de 23,3% em 2022 para 33,9% em 2023. Contudo, não são previstas preocupações em termos de estabilidade financeira, graças a políticas macroprudenciais adequadas e à natureza não-doméstica da maioria do investimento neste setor.

Em suma, os rácios de dívida privada, pública e externa continuam elevados, mas com um ritmo de melhoria substancial e perspectivas de evolução favoráveis. Paralelamente, de acordo com a Comissão Europeia, registaram-se progressos ao nível das políticas para corrigir os desequilíbrios existente e a aplicação bem-sucedida do PRR será importante para uma maior redução das vulnerabilidades.

**Políticas Nacionais**

As medidas de política económica adotadas no primeiro trimestre de 2024 em Portugal abordaram a necessidade de inovação tecnológica, sustentabilidade e coesão social.

A "Estratégia Nacional para os Semicondutores" e o "Sistema de Incentivos Agendas para a Inovação Empresarial" salientam a prioridade dada ao avanço tecnológico e à competitividade industrial. O foco nos semicondutores não só reconhece a sua importância como base de quase todas as tecnologias modernas, mas também alinha Portugal com as tendências de inovação global e a estratégia europeia para a autonomia em tecnologias críticas. Este alinhamento com as diretrizes europeias é crucial, dado o papel que a tecnologia desempenha na competitividade económica e na segurança nacional.

A "Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030" revela uma visão a longo prazo para fortalecer dois setores vitais para a economia nacional. Ao focar-se na modernização e na resiliência, procura-se dinamizar as micro e pequenas empresas, que são o motor da economia portuguesa, fortalecendo-as contra choques económicos futuros e melhorando a sua capacidade de inovação.

No domínio da sustentabilidade, o "Regulamento do Sistema de Incentivos Navegação Ecológica", o "Plano de Ação para o Biometano 2024-2040" e o "Programa Incentiva+TP" refletem o compromisso de Portugal com os objetivos de neutralidade carbónica. Estas medidas destacam um esforço para transitar para energias limpas e para promover a mobilidade sustentável, abordando a urgência climática e contribuindo para os compromissos internacionais de descarbonização.

A resiliência do setor agrícola perante crises climáticas e de mercado é endereçada através da "Linha de Tesouraria – setor agrícola II", uma medida crítica num país vulnerável a secas e onde a agricultura continua a ser uma atividade económica central.

Por fim, o "Regulamento de Reconhecimento dos Clusters de Competitividade com impacto nacional" e o "Sistema de incentivos a Investimentos em Setores Estratégicos" ilustram a importância de fomentar a colaboração entre empresas, reforçar cadeias de valor e captar investimento estratégico, estabelecendo as bases para um crescimento sustentado e integrado no mercado global.

## **Principais Medidas Legislativas**

### **Principais Medidas de Política Económica no primeiro trimestre de 2024**

As principais medidas de política económica implementadas no primeiro trimestre de 2024 são apresentadas por área de atuação de acordo com o objetivo principal descrito pela medida. Consideram-se apenas as medidas aprovadas oficialmente, que introduzem alterações com impacto direto na atividade das empresas e na vida quotidiana das famílias.

#### **Finanças Públicas**

##### **Retificação da Lei do Orçamento do Estado para 2024**

Declaração de Retificação n.º 13/2024 - Diário da República n.º 42/2024, Série I de 2024-02-28

Retifica a Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2024.

#### **Clusters e Competitividade**

##### **Regulamento de Reconhecimento dos Clusters de Competitividade com impacto nacional**

Despacho n.º 1172/2024 -Diário da República n.º 22/2024, Série II de 2024-01-31

Aprova, em anexo ao presente despacho e do qual faz parte integrante, o Regulamento de Reconhecimento dos Clusters de Competitividade com impacto nacional

#### **Capitalização, Investimento e Acesso a Financiamento**

##### **Sistema de incentivos a "Investimentos em Setores Estratégicos": criação de incentivos dentro do Regime Contratual de Investimento para promover setores estratégicos**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2024 - Diário da República n.º 61/2024, Série I de 2024-03-26

Determina que se proceda à criação de um sistema de incentivos a «Investimentos em Setores Estratégicos», no âmbito do Regime Contratual de Investimento e ao abrigo do Quadro Temporário de Crise e Transição.



**"Linha de Tesouraria - setor agrícola II": linha de crédito com juros bonificados para apoiar os operadores agrícolas face à seca e a outras crises**

Portaria n.º 45-A/2024 - Diário da República n.º 27/2024, 1.º Suplemento, Série I de 2024-02-07

Cria uma linha de crédito com juros bonificados, designada «Linha de Tesouraria - setor agrícola II», dirigida aos operadores da produção, transformação ou comercialização de produtos agrícolas, com o objetivo de apoiar encargos de tesouraria para financiamento da sua atividade.

**Inovação e Digitalização****Estratégia Nacional para os Semicondutores**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2024 - Diário da República n.º 5/2024, Série I de 2024-01-08

Aprova a Estratégia Nacional para os Semicondutores.

**Sistema de Incentivos «Agendas para a Inovação Empresarial»**

Portaria n.º 111/2024/1 - Diário da República n.º 57/2024, Série I de 2024-03-20

Procede à primeira alteração ao Regulamento do Sistema de Incentivos «Agendas para a Inovação Empresarial», aprovado pela Portaria n.º 43-A/2022, de 19 de janeiro.

**Comércio e Serviços****Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030**

Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2024 - Diário da República n.º 9/2024, Série I de 2024-01-12

Aprova a Agenda para a Competitividade do Comércio e Serviços 2030

**Mercado de Trabalho e Capacitação de Recursos Humanos****Programa "Emprego + Digital 2025"**

Portaria n.º 8/2024 - Diário da República n.º 10/2024, Série I de 2024-01-15

Procede à primeira alteração da Portaria n.º 246/2022, de 27 de setembro, que cria a segunda fase do Programa «Emprego + Digital 2025», programa de formação profissional na área digital.

**Medida Compromisso Emprego Sustentável**

Portaria n.º 39-A/2024 - Diário da República n.º 23/2024, 1.º Suplemento, Série I de 2024-02-01

Procede à terceira alteração da Portaria n.º 38/2022, de 17 de janeiro, que cria e regula a medida Compromisso Emprego Sustentável

**Prémio salarial de valorização das qualificações no mercado de trabalho**

Portaria n.º 67-A/2024 - Diário da República n.º 38/2024, 1.º Suplemento, Série I de 2024-02-22

Regulamenta o âmbito, os procedimentos e demais condições específicas de operacionalização do prémio salarial de valorização das qualificações no mercado de trabalho.

## Transição Climática

### Regulamento do sistema de incentivos Navegação Ecológica

[Portaria n.º 30/2024, de 30 de janeiro](#)

Promove a transição energética no transporte marítimo.

### Plano de Ação para o Biometano 2024-2040

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2024, de 15 de março](#)

Estratégia para o desenvolvimento do biometano em Portugal.

## ■ Artigos

### Os impactos do subsídio de doença no rendimento disponível dos trabalhadores

**Paulo Renato Costa (GPEARI)**

O subsídio de doença corresponde a um apoio pecuniário, pago pela Segurança Social, para compensar a perda de rendimentos dos trabalhadores que se encontrem temporariamente incapacitados de trabalhar por motivo de doença. Neste artigo avalia-se o impacto do subsídio de doença no rendimento disponível mensal e anual dos trabalhadores e são apresentados cenários alternativos à atual regra de atribuição do subsídio de doença. Estes permitem concluir que é possível tornar o subsídio de doença num benefício menos regressivo e mais equitativo para os diversos níveis de rendimento. Esta conclusão foi confirmada com recurso ao modelo de microssimulação EUROMOD, registando-se uma melhoria dos indicadores de desigualdade e um impacto positivo no saldo orçamental.

[Ler artigo](#)

### Os impactos do subsídio parental no rendimento disponível das famílias

**Paulo Renato Costa (GPEARI)**

Neste artigo é analisado o impacto do subsídio parental no rendimento disponível dos agregados familiares. Os resultados obtidos permitem demonstrar que a atual forma de atribuição do subsídio parental, ao ignorar a progressividade do imposto sobre o rendimento no seu apuramento, não só substitui o rendimento perdido como aumenta o rendimento disponível dos agregados familiares que se encontram a receber subsídio. São ainda apresentados cenários alternativos à atual forma de atribuição do subsídio parental que, garantindo que os agregados familiares não têm uma perda de rendimento por estarem a gozar licença parental, permitem a redução da regressividade.

[Ler artigo](#)

## A Dependência da União Europeia no lítio e nas baterias de ião-de-lítio: Análise à luz da autonomia estratégica

Beatriz Raichande (ISEG)

O trabalho analisa a dependência económica da União Europeia (UE) nas importações de lítio e nas baterias de ião-de-lítio (LIBs), no contexto do aumento da procura desta matéria-prima devido à crescente importância da tecnologia de baterias para a Europa, avaliando, ainda, o potencial português para aumentar a autossuficiência europeia neste domínio. É demonstrado que a UE trata a sua posição de net-importer de lítio como uma questão de autonomia estratégica e que a sua dependência deverá ser confrontada, quer na cadeia de valor (CV) do lítio, como na CV das LIBs, através de uma abordagem que passe pelo aproveitamento dos recursos internos de cada Estado-Membro, pela diversificação da sua oferta exterior e pela aposta na economia circular. Portugal é apontado como o país que liderará a produção de lítio na UE e que poderá vir a destacar-se no cluster de baterias europeu. Porém, a existência de barreiras estruturais têm impedido o país de explorar a sua vantagem comparativa.

[Ler o artigo](#)

## Análise de indicadores de acessibilidade à habitação em Portugal: Perspetiva regional

Gonçalo Novo (GEE), Nuno Tavares (GEE) e Gabriel Osório de Barros (GEE)

O aumento no preço da habitação e das rendas, verificado nos últimos anos, tem vindo a colocar em evidência as questões da acessibilidade à habitação, com os resultados produzidos a concentrarem-se, predominantemente, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Neste trabalho, pretende-se contribuir para a discussão em curso através da disponibilização de evidências numa perspetiva regional da acessibilidade à habitação mais desagregada, evidenciando as disparidades existentes entre e nas diferentes regiões de Portugal.

Para o efeito, e com base na literatura existente, procedemos à construção de um índice de acessibilidade à habitação através do crédito (HAI - Housing Affordability Index) assente em informação nacional pública. Os resultados obtidos são complementados através de indicadores alternativos de acessibilidade baseadas em diferentes formas de acesso à habitação – aquisição e arrendamento.

Em consonância com a literatura existente, os resultados apontam para um agravamento geral da acessibilidade à habitação em Portugal e ênfase na heterogeneidade regional do fenómeno, que se manifesta em disparidades significativas nas regiões e entre regiões.

Os resultados deste estudo sublinham a necessidade de políticas de habitação que considerem as questões da acessibilidade, nas suas diversas dimensões, bem como as idiosincrasias regionais e locais relevantes nesse domínio.

[Ler o artigo](#)



## Pilar de Competitividade: Capacitação de recursos humano e mercado de trabalho

Carla Ferreira (GEE) e Gabriel Osório de Barros (GEE)

No âmbito das atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Estratégia e Estudos na área de Capacitação de Recursos Humanos e Mercado de Trabalho, divulgamos a edição de 2023 da Ficha de Competitividade, com análise gráfica dos principais indicadores, incluindo evolução temporal e *benchmark* internacional, bem como síntese das medidas de política pública, da autoria de Carla Ferreira e Gabriel Osório de Barros.

O mercado de trabalho e os recursos humanos existentes numa economia são determinantes para o seu nível de desempenho e de produtividade. O mercado de trabalho, traduzido na relação entre a procura de mão-de-obra pelas entidades empregadoras e a oferta pelos trabalhadores, é uma relação complexa e com a intervenção de vários atores. Neste contexto, o Estado, para além de empregador, atua no mercado através da implementação de medidas de política pública, para promoção da otimização ou correção do funcionamento, e como regulador, com o objetivo de promover a justiça e equidade nas relações laborais e a maior eficiência na capacitação e afetação de recursos.

[Ler o artigo](#)

## Caracterização do Ecosistema Industrial das Indústrias Culturais e Criativas em Portugal

Catarina Castanheira Nunes (GEE) e Gabriel Osório de Barros (GEE)

Este trabalho insere-se na série “GEE – Estratégia Industrial Europeia e os Ecosistemas Industriais Estratégicos” - centrando-se no Ecosistema Industrial das Indústrias Culturais e Criativas em Portugal, tendo por base a nova Estratégia Industrial da União Europeia (UE), que identificou 14 Ecosistemas Industriais Estratégicos com base na relevância económica, tecnológica e potencial contributo para a dupla transição (verde e digital) e reforço da resiliência da economia da UE.

O contexto atual tem vindo a colocar desafios ao paradigma da globalização, pelas disrupções nas cadeias de produção e comercialização. Assim, a continuação do investimento na colaboração entre os diferentes setores de atividade, aproveitando a capacidade de inovação e a criatividade para desenvolver e distribuir os novos produtos e serviços, segundo novos modelos de negócio e novas formas de trabalho, contribuirá para a competitividade do Ecosistema Industrial das Indústrias Culturais e Criativas em Portugal.

Ao estudar a criação de mecanismos de Autonomia Estratégica da Europa e sendo a cultura e a criatividade consideradas como bem público, este ecossistema torna-se imprescindível para o desenvolvimento das sociedades.

[Ler o artigo](#)

## Infraestruturas e Transportes do Ecosistema Industrial da Saúde em Portugal

Dulce Guedes Vaz (GEE), Graça Sousa (GEE) e Maria João Silva (GEE)

No âmbito do acompanhamento realizado pelo GEE dos Ecosistemas Industriais Estratégicos foi criada a Série “GEE – Estratégia Industrial Europeia e os Ecosistemas Industriais Estratégicos”, o qual inclui fichas sobre as Infraestruturas e os Transportes.

Esta série de análises feitas pelo GEE tem por base a Estratégia Industrial da União Europeia e os 14 Ecosistemas Industriais Estratégicos definidos de acordo com a relevância económica, tecnológica e potencial contributo para a dupla transição (verde e digital) e reforço da resiliência da economia da UE.

Da análise às infraestruturas e transportes do Ecosistema Industrial da Saúde, destacam-se os principais aspetos: As infraestruturas de saúde são fundamentais para a prestação de cuidados médicos e serviços de saúde; A análise do Ecosistema Industrial da Saúde, destacou o papel crucial da tecnologia, da inovação e da inteligência artificial; com o aparecimento de novas doenças e a constante evolução da tecnologia médica são necessárias adaptações frequentes, quer nas infraestruturas quer na logística associada; o Ecosistema Industrial da Saúde dispõe de potencialidades, recursos e competências para se destacar a nível internacional, sendo essencial continuar a investir em I&D e a promover a colaboração entre os principais intervenientes, de modo a desenvolver produtos e serviços inovadores nos cuidados de saúde.

**Ler o artigo**

### **Infraestruturas e Transportes do Ecosistema Industrial das Energias Renováveis em Portugal**

**Dulce Guedes Vaz (GEE), Graça Sousa (GEE) e Maria João Silva (GEE)**

No âmbito do acompanhamento realizado pelo GEE dos Ecosistemas Industriais Estratégicos foi criada a Série “Estratégia Industrial Europeia e os Ecosistemas Industriais Estratégicos”.

Esta série de análises feitas pelo GEE tem por base a Estratégia Industrial da União Europeia e os 14 Ecosistemas Industriais Estratégicos definidos de acordo com a relevância económica, tecnológica e potencial contributo para a dupla transição (verde e digital) e reforço da resiliência da economia da UE.

A análise das “Infraestruturas e Transportes do Ecosistema Industrial das Energias Renováveis em Portugal”, incidiu sobre um conjunto de elementos fundamentais na geração, na distribuição, na promoção e no desenvolvimento das energias limpas e sustentáveis, destacando-se alguns aspetos:

À medida que aumenta a consciencialização ao nível das questões ambientais, também aumenta o número de países que apostam na incorporação de uma grande parcela de FER na produção de energia, o que implica um aumento do investimento no setor e uma grande aposta no desenvolvimento tecnológico;

O ecossistema industrial de energias renováveis é caracterizado pela sua diversidade e pela necessidade de se adaptar a variações na disponibilidade de recursos naturais;

Para serem atingidas as várias metas, é necessário planeamento estratégico, definição de prazos e avaliações com vista à realização de investimentos nas redes, alinhados não só com as metas, mas também, com os planos de descarbonização de cada setor de atividade, como é o caso dos transportes;

Será necessário que este sector, sustentado pela investigação e pelo investimento adequado, continue a crescer e a evoluir, conduzindo ao desenvolvimento e à otimização de infraestruturas, designadamente de armazenamento e de redes inteligentes;

Em 2023, em Portugal, a energia eólica e a energia hídrica foram as mais representativas, contribuindo para a incorporação renovável em 41% e 38%, respetivamente;

Portugal, também em 2023, foi o quarto país com maior incorporação renovável na geração de eletricidade (70,7%).

[Ler o artigo](#)

## **Comércio Internacional com os PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – 2018-2022 e janeiro-outubro 2023**

**Walter Anatole Marques (GEE)**

Neste trabalho analisa-se a evolução do Comércio internacional de mercadorias de Portugal com os “Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa” (PALOP), no seu conjunto e com cada um dos países, no período de 2018 a 2022 e janeiro a outubro de 2022 e 2023, com base em dados do “Instituto Nacional de Estatística de Portugal” (INE), em versões definitivas até 2022 e preliminar para 2023, com última atualização em 11-12-2023.

[Ler o artigo](#)

## **Evolução do setor imobiliário nas regiões de Lisboa e do Porto entre 2011 e 2023: identificação de períodos de exuberância dos preços**

**Nuno Tavares (GEE) e Gonçalo Novo (GEE)**

Dada a influência do mercado imobiliário no desempenho económico dos países, o acompanhamento das dinâmicas de preços no setor torna-se fundamental. Neste domínio, a distinção entre períodos normais de crescimento e fases de exuberância poderá sinalizar a existência de um desfasamento entre o crescimento dos preços e fundamentos económicos subjacentes, sendo de interesse para a política pública a aferição desses momentos de comportamento explosivo, consoante os efeitos que produz no mercado da habitação e os seus eventuais canais de transmissão para o resto da economia.

Tendo como enquadramento metodológico da presente análise o teste de raiz unitária (GSADF), identificamos períodos temporais de exuberância no mercado imobiliário das regiões de Lisboa e do Porto. A aplicação desta metodologia confirma a existência de episódios de exuberância na evolução dos preços do setor imobiliário de ambas as regiões.

Concretamente, no horizonte de análise entre janeiro de 2011 e dezembro de 2023, no município de Lisboa foram identificadas instâncias de exuberância a partir de março de 2016, sendo que, no Porto, esses momentos tornam-se visíveis em setembro de 2018. Todos os municípios da região da Grande Lisboa, com a exceção de Mafra, experimentaram períodos de exuberância em 2019 e em 2020. Em 2021 esta dinâmica é interrompida nos municípios de Cascais, de Lisboa e de Loures, ainda que esta seja retomada, de forma intermitente, nos anos seguintes. Nos municípios da Área Metropolitana do Porto, encontramos uma incidência mais tardia e com menor intensidade do fenómeno, constituindo exceções os municípios de Gondomar, Maia, Matosinhos, Valongo e Vila Nova de Gaia.

[Ler o artigo](#)

## Open Strategic Autonomy and the Green Transition

Inês Póvoa (BP) e Gabriel Osório de Barros (GEE)

This document discusses how Open Strategic Autonomy (OSA) and the green transition are related. On the one hand, OSA refers to the balance between the capacity of acting autonomously and openness in strategically important policy areas, which enhances the resilience of countries. On the other hand, the green transition means a departure from fossil fuels and overconsumption to a low-carbon paradigm and a sustainable model of growth, addressing environmental challenges such as climate change and resource overexploitation. The green transition has the potential to mitigate strategic dependencies across various sectors, including energy, food and agriculture, but it can also pose novel challenges by requiring the acquisition of critical raw materials, exposing countries to new geopolitical risks and supply interruptions. New technologies and innovation play a crucial role in achieving OSA, with a focus on finding sustainable alternatives and the competitiveness of the industries. This goal also requires a collaborative and strategic approach, with a special attention to less developed countries and regions, in order to ensure that no one is left behind. Finally, the document highlights the challenging balance and potential synergy between OSA and the green transition in the path towards a sustainable future.

[Ler o artigo](#)

## Comércio Internacional de Bens de Equipamento (janeiro-novembro 2022-2023)

Walter Anatole Marques (GEE)

Analisa-se neste trabalho a evolução recente do comércio internacional português de Bens de Equipamento, com alguma desagregação do tipo de produtos envolvidos, no período de janeiro a Novembro de 2022 e 2023 com base em dados estatísticos divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística de Portugal (INE) em versão definitiva para 2022 e em versão preliminar para 2023, com última atualização em 9 de Janeiro de 2024.

[Ler o artigo](#)

## Comércio Internacional português do calçado (2019-2023)

Walter Anatole Marques (GEE)

As exportações portuguesas de calçado conheceram um processo de expansão a partir da segunda metade da década de 70 do século passado e com grande dinamismo a partir dos primeiros anos da década de 80, tornando-se numa das indústrias mais dinâmicas do país.

Após um longo período de crescimento, seguiu-se uma fase de ajustamento estrutural às novas condições competitivas do mercado, principalmente por parte de países asiáticos.

Sustentadamente crescentes desde o início da década de 80 do século passado, as exportações portuguesas de calçado para o Mundo atingiram 1,7 mil milhões de Euros em 2001, decrescendo tendencialmente a partir de então, até se situarem em cerca de 1,3 mil milhões em 2009.

A partir de 2009 estas exportações aumentaram sucessivamente, atingindo 2 mil milhões de Euros em 2017. Seguiram-se quebras até 2020, ano em que se situaram em 1,5 mil milhões, para recuperarem o crescimento sustentadamente até 2022 (2,1 mil milhões), situando-se em 1,9 mil milhões de Euros em 2023, de acordo com os dados preliminares disponíveis.

[Ler o artigo](#)

## Índices de Valor, Volume e Preço 2023/2022

Walter Anatole Marques (GEE)

Apresentam-se neste trabalho indicadores de evolução em Valor, Volume e Preço das importações e das exportações portuguesas de mercadorias, por grupos e subgrupos de produtos, calculados para o período acumulado de janeiro a dezembro de 2023, a preços do período homólogo de 2022.

Para o cálculo dos índices de preço, as posições pautais a oito dígitos da Nomenclatura Combinada (NC-8), relativas às importações e às exportações de mercadorias com movimento nos dois anos, foram agregadas em 11 grupos e 38 subgrupos de produtos.

Os índices de preço, do tipo Paasche, utilizados como deflatores dos índices de valor para o cálculo dos correspondentes índices de volume, foram calculados a partir de dados de base elementares constantes do Portal do Instituto Nacional de Estatística (INE), em versão definitiva para 2022 e preliminar para 2023, com última atualização em 9-2-2024.

[Ler o artigo](#)